

# EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DEPUTADO RODRIGO MAIA.

## Compromisso Constitucional do Presidente da República do Brasil

Ao chegar no Congresso Nacional, eles são recebidos pelos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Na presença dos 513 deputados, 81 senadores e de convidados, como chefes de estado ou seus representantes, o novo mandatário faz um juramento à nação, prestando o compromisso de:

“Manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.”

Maria Rodrigues de Sousa, viúva, das prendas domésticas, inscrito no CPF [REDACTED] portador da Cédula de Identidade RG [REDACTED] Título de Eleitor 62.207.820/97 Zona, 009, Seção 0006, residente na [REDACTED] fones: [REDACTED], endereço eletrônico: [REDACTED] Vem, com fundamento nos arts. 9º incs. 3, 5 e 7; 14, da Lei 1.079/1950, à presença de Vossa Excelência, com justificação no art. 85 incs. II, III e V, da Constituição Federal de 1988, bem como, no Regimento Interno dessa imprescindível Casa Legislativa, apresentar

## DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

em face do PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Exmo. Senhor **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, com endereço para comunicações no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, consoante as razões a seguir apresentadas.

### PRELIMINARMENTE

Após a campanha eleitoral de 2018 no Brasil, resta a sociedade perguntar: o que é verdadeiro e o que o faz verdadeiro? Porque relativizaram o que estava consolidado culturalmente para os brasileiros, que verdade está vinculada a fatos e têm como antônimos mentira, lorota, balela, farsa, invenção, fraude, dolo, má-fé, embromação, caraminhola e enredo.

#### a) A Verdade

A verdade continua sendo o conhecimento da essência real e profunda dos seres, é sempre universal e necessária, ao mantermos no plano das opiniões, nunca alcançaremos a verdade. Em princípio, a verdade é o objetivo genuíno da investigação científica, por se tratar de uma proposição,

Secretaria-Geral da Mesa SFPRO 19/Mar/2020 17:07  
Fonte: 5127 Ass.:  
Crissina EXT

um juízo ou uma sentença: é verdadeiro se, e somente se, reflete a realidade, o que ela afirma, de fato é. O conhecimento é concebido tradicionalmente como: conhecimento = crença verdadeira justificada.

Aristóteles argumenta sobre verdade na obra *Metafísica* "Dizer do que é que é e do que não é que não é é dizer a verdade e dizer do que é que não é e do que não é que é é dizer algo falso". Alfred Tarski alega que "um conjunto de portadores de verdade é coerente quando nenhum contradiz o outro e quando qualquer subconjunto desse conjunto implica os demais portadores de verdade do conjunto."

## b) A Mentira

Em tempo de *fake news* o estudo Teoria da Mentira torna-se um clássico e leitura imprescindível. Frase atribuída a Maquiavel "Governar é fazer crer", nos leva ao centro deste debate, como instrumento possui o seu próprio corpo de normas, sua estruturação e metodologia já experimentada, ao longo dos séculos, na arte de governar e, por extensão, na subversão dos governos e das instituições. No entanto, não podemos basear nenhuma estratégia em falsidades e erros, porque estará predestinado ao fracasso.

O objetivo da mentira é impedir a distinção entre o verdadeiro e o que é falso. Tendo o propósito de: confundir, iludir, enganar e, assim, levar a tomada de decisões prejudiciais para a coletividade, mas que beneficiam quem criou e espalhou a fábula.

A mentira é arma valiosa no arsenal de qualquer beligerante ou assemelhado e serve, tanto para a guerra como classicamente entendida, como para a propaganda política e pode ter utilidade tanto no conflito externo como nas lutas políticas internas.

Durante a campanha presidencial de 2018, alguns apoiadores da campanha do candidato Jair Bolsonaro o chamavam de MITO, que em língua portuguesa significa mentiroso patológico, o que evidencia que uma parcela de brasileiros não tem como princípio e valor a verdade de fato.

## c) O uso criminoso das redes sociais

No dia 23/6/2016 foi realizada a votação no referendo realizado no Reino Unido em que os eleitores responderam à seguinte pergunta na cédula eleitoral: Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia? as duas únicas respostas possíveis: permanecer e sair. A opção vencedora fixou conhecida como *Brexit* - saída do Reino Unido da União Europeia.

Evento em que foi possível testar um projeto formulado por Stephen Kevin Bannon (Steve Bannon), nascido em 27/11/1953, na cidade independente do estado da Virgínia-EUA, Norfolk, foi oficial da Marinha dos Estados Unidos por sete anos (final dos anos 1970 e início de 1980). Após o serviço militar trabalhou no Goldman Sachs, como é ex-banqueiro de investimentos e ex-presidente executivo do *site* Breitbart News; nas palavras da revista Time, o mesmo continha "material racista, sexista, xenofóbico e antisemita na veia da direita alternativa".

No entanto, continua sendo executivo de mídia estadounidense e estrategista político. Foi nomeado diretor executivo da candidatura presidencial de Donald Trump em 2016, atuou como calculista-chefe da Casa Branca nos primeiros sete meses da administração do presidente Trump. Ao lado do bilionário Robert Mercer, co-fundou a Cambridge Analytica - empresa de análise de dados envolvida no escândalo de dados do Facebook, tendo a atividade de conselheiro. O maior destaque no currículo de Bannon é apoiar movimentos políticos conservadores populistas nacionais em todo o mundo.

A Cambridge Analytica (CA) foi uma empresa privada, como existência entre 2013-2018, combinou a mineração com análise de dados e comunicação estratégica em eleições. Teve como um de seus gênios Christopher Wylie que descreveu a organização como "o arsenal de armas de Bannon

para travar uma guerra cultural na América usando estratégias militares". Em 18/5/2018, a empresa registrou seu pedido de falência encerrando assim suas operações tanto nos EUA quanto no Reino Unido, como especializada em análise de dados em consultoria de comunicação estratégica para o processo eleitoral.

Em 2014, a CA participou de 44 campanhas políticas com perfil conservador. Posteriormente, foi confirmado que utilizava, criminosamente, algoritmos com fins políticos, os dados de 50 milhões de usuários do Facebook, que foram obtidos por um pesquisador externo que teve "papel crucial" na votação a favor do *Brexit* (23/6/2016) e na eleição do estadunidense Donald Trump (8/11/2016). Os dois feitos eleitorais deixaram analistas especializados na temática sem ar, sem entenderem o feito que levou a cruciais vitórias para a extrema direita global; como em outros países onde o vento conservador soprou tinham em comum a atuação da obscura empresa britânica CA. A atuação da organização foi considerada como uma ameaça planetária à democracia.

A CA criava algoritmos que cruza dados para formar um perfil psicológico para cada pessoa e, depois, as separava individualmente ou em grupos específicos. Estes dados singulares podem conter mais de 9.000 pontos sobre a personalidade de cada indivíduo, que vão desde sua movimentação geográfica diária, contatos periódicos, nível cultural, extratos bancários e até suas mais sutis preferências, desejos, medos e anseios. Após tornar público o crime da empresa, ao consultarem o Facebook sobre o ocorrido, limitou-se a responder que proibiu a CA de fazer publicidade em sua plataforma.

A Cambridge Analytica aterrissou no Brasil em 2017, fez parceria com o publicitário e marqueteiro baiano André Torretta, da Ponte Estratégia, daí nasceu a CA Ponte. Em entrevistas, Torretta afirmou que as primeiras conversas com a CA começaram pelo menos dois anos antes. Após a concretização empresarial, o passo seguinte era montar um banco de dados, pois não havia uma base brasileira criada a partir do Facebook. Entusiasmado em propagandar que "dá para eleger um deputado federal ou estadual quase 100% pelas redes" e pretendia "tropicalizar" a estratégia da empresa britânica no Brasil, inclusive comentou que usaria bancos de dados com informações sobre eleitores para "transformar os usuários de WhatsApp em cabos eleitorais virtuais".

O principal contato de André Torretta na organização britânica era Mark Turnbull, o mesmo executivo flagrado revelando métodos antiéticos de manipulação política como: suborno, armadilhas com prostitutas e disseminação de mensagens pela *internet*. No vídeo Turnbull conta a um potencial cliente que a empresa atuaria no Brasil. Em finais de 2017 e início de 2018, no momento de prospectar clientes, ele explicava que "o pulo do gato" da técnica era empregar dados específicos de potenciais eleitores aliado às redes sociais.

Em 4/4/2018 o Facebook anunciou que as contas de pelo menos 87 milhões de pessoas foram atingidas em 10 países, e, segundo suas estimativas, os dados pessoais de 4,5 milhões de brasileiros foram usados sem consentimento prévio. Nos Estados Unidos foram atingidas mais de 70 milhões de pessoas. O jornal The Guardian questionou a nota em que o Facebook anunciou essas informações porque ela divulgava, principalmente, as iniciativas da rede social para reverter os problemas de privacidade e apresentava o tema de coleta de dados apenas no seu penúltimo parágrafo.

O executivo Christopher Wylie delatou o escândalo de uso ilegal de dados e manipulação eleitoral que levou ao fechamento da CA. Em entrevista ao jornal El País, em 5/11/2018, afirmou que Bannon convenceu os republicanos estadunidenses para saírem do tradicional "não gosto dos impostos" para o debate mais radical como "Obama vai roubar minhas armas através de um exército secreto", discurso de ódio, teorias da conspiração e *fake News*. A base tática de Bannon e, também da família Bolsonaro.

Com os resultados favoráveis no *Brexit* e na eleição de Donald Trump consolidou como certas as armas de Bannon. Em 3/8/2018, não por acaso, Eduardo Bolsonaro postou uma foto nas redes sociais, ao lado do estrategista político bem-sucedido, que se encontraram em um quarto de frente do Hotel Loews Regency, em Nova York. A imagem indicava a parceria como conselheiro e consultor não oficial da campanha de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. Em fevereiro de 2019, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro ingressou na organização de Bannon, The Movement, como seu representante na América do Sul.

Conforme reportagem assinada por Guilherme Daldin e Fernando Marcelino, publicada no Brasil de Fato, em 5/11/2018, revelando o que já se sabia, porém não confirmadas, que houve grande esquema de disparos em massa de *fake news* contra Fernando Haddad (PT) nas eleições, no entanto, já era tarde demais. A democracia brasileira havia sido hackeada pelo clã Bolsonaro e Bannon, este foi o verdadeiro vencedor das eleições.

A campanha de Jair Bolsonaro (PSL) foi uma guerrilha virtual. O Ministério Público investiga se houve um “esquema industrial” e pago de disseminação de mentiras via *internet*; o que é crime eleitoral. O jornal Folha de São Paulo noticiou que empresários bolsonaristas pagam até R\$ 12 milhões para difamar o Partido dos Trabalhadores (PT), via WhatsApp, o que também é crime, pois na campanha de 2018 já era proibido o financiamento patronal de candidatos.

Segundo publicação da Revista Carta Capital, de 19/10/2019, o Facebook anunciou em 25/9/2018, ter sido hackeado e que a invasão ocorreu no período compreendido entre 14 e 25/9/2018. Com a estimativa de que foram sequestrados dados de 400 mil usuários e, a partir desse crime, os *hackers* obtiveram informações sobre 30 milhões de pessoas. Dentre as vítimas, 29 milhões tiveram descobertos o número de telefone e o *e-mail*. Como, a metade do contingente das vítimas, os bandidos conseguiram saber: o nome da pessoa, gênero sexual, idioma, estado civil, religião, cidade natal, data de nascimento e as quinze últimas pesquisas feitas na *internet*. A evolução de Jair Bolsonaro nas pesquisas mostra que ele mudou de patamar depois do período indicado que assenhoraram dos dados dos usuários.

Para exemplificar, nas pesquisas realizadas pelo Ibope, Jair Bolsonaro oscilou em torno de 28% entre 11 e 26 de setembro. A partir do dia 1º de outubro, mudou de patamar, rompendo a barreira dos 30%, alcançou 31%. A rejeição de Haddad, a partir de 1º de outubro, chegou a 38%. O prof. Fernando Haddad disse publicamente que “sua imagem foi abalada por uma campanha difamatória, movida a mentiras, da parte das equipes de Bolsonaro”.

Em grupos de WhatsApp e do Facebook circularam mensagens *fake news* que apontavam o petista como um ser depravado e anticristão, daí a repulsa dos evangélicos por ele ter disparado. O *modus operandi* já era conhecido por grande parcela da sociedade, foi criado e operacionalizado por Steve Bannon e equipe, com projeto piloto em 2016, no *Brexit* e eleição de Donald Trump.

As eleições de 2018, no Brasil, mudaram todos os paradigmas, inclusive, cientistas políticos, marqueteiros e estatísticos ficaram perplexos com a vitória de Jair Bolsonaro, por não ter seguido procedimentos de *marketing* consolidado entre profissionais éticos. O pleito foi assentado por notícias falsas e conduzido por uma volumosa e rápida circulação de informações pelos submundos do WhatsApp. Inclusive, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou entrevista coletiva em 21/10/2018, por pressão dos órgãos de imprensa, que queriam saber a posição da Corte, após o jornal Folha de São Paulo noticiar que empresas pagaram pelo envio de mensagens mentirosas contra o candidato Fernando Haddad.

A citada entrevista ocorreu no domingo (21/10/2018), às 14 horas, em Brasília. A mesa de autoridades foi composta pela ministra Rosa Weber - presidente do TSE -, o ministro da Segurança

Pública Raul Jungmann, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) general Sérgio Etchegoyen, a procuradora-geral da República Raquel Dodge, a advogada-geral da União Grace Mendonça e o diretor-geral da Polícia Federal o delegado Rogério Galloro. A coletiva com a imprensa pôde ser acompanhada ao vivo, por meio da TV Justiça e disponibilizada no YouTube: [https://www.youtube.com/watch?v=y2ANy\\_v3JHk&t=6585s](https://www.youtube.com/watch?v=y2ANy_v3JHk&t=6585s) para os interessados.

As autoridades minimizaram a gravidade dos fatos, para sintetizar o lado em que estava o mando do Brasil, naquela época, o Ministro-chefe do GSI general Sérgio Etchegoyen disse que “Adão e Eva foram expulsos do paraíso por meio de *fake news*”, inclusive estas correspondem às “fofocas entre comadres” da atualidade e, “as *fake news*, talvez seja a ingerência ilegítima, no processo eleitoral, mais simples e fácil de contornar”, que as mesmas são o menos importante no processo eleitoral. A Presidente do TSE afirmou e que as eleições estavam transcorrendo dentro da mais absoluta normalidade.

No dia 19/10/2018, o ministro do TSE Jorge Mussi abriu a Ação de Investigação Judicial Eleitoral pedida pelo PT contra o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. O ministro negou as medidas cautelares solicitadas pela campanha de Haddad, para busca e apreensão em empresas nominadas e a adoção de medidas de contingência pelo WhatsApp, no prazo de 24 horas. O ministro Jorge Mussi decidiu que os pedidos não poderiam ser concedidos porque a ação estava baseada, apenas, em reportagem jornalística. Conforme publicação da revista Veja em 20/10/2018.

O Jornalismo está exposto diariamente a afirmações cuja veracidade em geral sequer pode investigar, notadamente na cobertura política. Em decorrência, facilmente se pode confundir afirmações (das fontes) com fatos. Confusão típica, aliás, de certas perspectivas relativistas na perseguição do conhecimento. o Jornalismo trata mais da realidade social que da verdade natural. (Tambosi, 2007, p. 45)

## I – DOS FATOS

As informações elencadas, as seguir, são de domínio público, podendo ser consultadas por meio de *sites* de busca disponíveis, graciosamente, na *internet*, o que considero dispensável a transcrição na presente Ação. Como divirjo do o ministro do TSE Jorge Mussi, acredito que o século XXI conta com a Terceira Revolução Industrial, ou Era Digital onde a difusão da informação em *ciberespaço*, um meio de comunicação instrumentalizado pela informática e pela *internet*. Estando no mesmo status de veracidade como qualquer outra fonte.

O Brasil já teve 37 presidentes desde a proclamação da República, em novembro/1889. Ao longo desse período, o país viveu uma breve experiência parlamentarista, na década de 1960, e dois governos de juntas provisórias, durante a Revolução de 1930 e na ditadura militar. O presidente Bolsonaro é o 38 que tomou posse no período republicano.

O professor de História da Universidade de Brasília (UnB) Mateus Torres esclarece que "A história da nossa Presidência da República é de que temos pequenas ilhas de democracia em meio a uma grande quantidade de governos autoritários e não democráticos". Em um primeiro momento, foi uma república de elites oligarcas e liberais, que dominou os candidatos e os eleitores nos pleitos durante a República Velha (1889-1930), o que pode ser nominado com eleições fraudadas. Depois,

veio a Era Vargas, com o golpe de Estado de 1930, não dando posse ao candidato eleito Júlio Prestes, e governou consecutivamente por quinze anos, sendo uma ditadura entre 1937-1945.

O Brasil teve um breve período de democracia de 1946-1964, porém o golpe civil-militar durou de 1964-1985, só depois os brasileiros tiveram a oportunidade de terem eleições com voto direto. Sendo que a redemocratização do Brasil (em 1985) ocorreu por meio de eleição indireta. Coube a um colégio eleitoral, formado por parlamentares, escolher o peemedebista Tancredo Neves, que, no entanto, morreu antes da posse. Em seu lugar, o vice José Sarney, assumiu o posto de primeiro presidente da República após os 21 anos de ditadura militar.

### 1) Biografia política do Senhor Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro é um capitão reformado, ingressou na política como vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1988, na sequência foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, como representante da população do estado do Rio de Janeiro, atual e presidente do Brasil. Segundo levantamento do jornal O Estado de São Paulo, em 27 anos de atividades no Congresso Nacional, Jair Bolsonaro conseguiu aprovar dois Projetos de Lei (PL) e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com as seguintes temáticas:

- a) Prevê emissão de recibos junto ao voto nas urnas eletrônicas. No caso das urnas eleitorais, a emenda propõe a impressão de um comprovante, o qual é verificado pelo eleitor na impressora e, em seguida, depositado, pela própria máquina, em uma urna lacrada. Ele defende esse sistema para evitar fraudes na contagem de votos e por não existir nenhum país no mundo que use a tecnologia brasileira, insinuando que as urnas eletrônicas são vulneráveis. Apesar do sistema ser testado periodicamente e nunca ter sido corrompido; alguns especialistas questionam sua indefensabilidade. De acordo com o TSE, a proposta geraria custos adicionais de cerca de R\$ 1,8 bilhão aos cofres públicos. Em junho/2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu cassar o voto impresso nas eleições de 2018, por entender que isto poderia gerar um risco de quebra de sigilo e da liberdade de escolha, pela possibilidade de mesários precisarem intervir em caso de falha da impressão.
- b) Estende o benefício de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática
- c) Autoriza o uso da fosfoetanolamina, substância que ficou conhecida no Brasil como "pílula do câncer", os testes laboratoriais e científicos demonstraram não ter qualquer efeito contra a doença.

Outra PEC de iniciativa do Dep. Jair Bolsonaro prevê que o Sistema Único de Saúde (SUS) realize cirurgias de laqueadura e vasectomia, em maiores de 21 anos, que desejarem realizar o procedimento. Ele argumentou que muitas famílias pobres não têm dinheiro para fazer cirurgias como essas e que teriam dificuldades em concretizar um planejamento familiar por falta de recursos financeiros. Esse tema já era defendido desde quando era vereador. Apresentou, também, o PL 1411/2011, que descaracteriza como crime a recusa, em templos religiosos, de aceitar ou efetuar cerimônias ou pessoas em desacordo com suas crenças e liturgias.

O Deputado Jair Bolsonaro justificou a aprovação de uma única proposta legislativa com aproveitamento social, alegando que não recebe apoio suficiente dos demais congressistas por sofrer discriminação pelos seus ideais direitistas. O político tornou-se conhecido por suas posições:

- a) populistas;
- b) por suas críticas à esquerda;

- c) por ter classificado a tortura como uma prática legítima. Em 1999, o deputado afirmou ao programa Câmara Aberta que era "favorável à tortura" e chamou a democracia de "porcaria";
- d) por posições contrárias aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e por várias outras declarações controversas, as quais lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais;
- e) várias organizações internacionais acreditam que as suas tendências autoritárias criam risco de que a sociedade civil, a imprensa, os afro-brasileiros e os indígenas sejam acometidos por danos irreparáveis;
- f) classificadas, no espectro político, na extrema-direita, disse em diversas ocasiões em veículos de comunicação que "se fosse presidente do país, não havia 'a menor dúvida' de que 'fecharia o Congresso". Contrariando o art. 2º da CF/1988;
- g) na campanha presidencial de 2018, ao invés de apresentar o seu plano de governo, optou por destruir a reputação dos concorrentes ao mesmo cargo. Com o uso da metodologia de Steve Bannon.

## 2) Idolatria a conhecidos ditadores

Em entrevista concedida à revista Veja, em 2/12/1998, Jair Bolsonaro afirmou que a ditadura chilena de Augusto Pinochet, que matou mais de três mil pessoas e exilou outras 200 mil, "devia ter matado mais gente". Em setembro/2019, afirmou que a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, atual Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, "se esquece de que seu país só não é uma Cuba graças aos que tiveram a coragem de dar um basta à esquerda em 1973, entre esses comunistas estava seu pai, brigadeiro à época".

Alberto Bachelet, pai de Michelle, era general da Força Aérea do Chile e se opôs ao golpe de Pinochet, sendo preso, torturado e assassinado pelo regime. A fala de Bolsonaro causou ampla repercussão negativa no Chile. Sebastián Piñera, o atual presidente do país andino, declarou que não compactua "em absoluto, com a alusão feita pelo presidente Bolsonaro a uma ex-presidenta do Chile e, especialmente, num assunto tão doloroso quanto a morte de seu pai".

Jair Bolsonaro já elogiou Alberto Fujimori, presidente do Peru, como um "modelo" pelo uso de uma intervenção militar contra o judiciário e o legislativo. Em evento na Hidrelétrica de Itaipu, em 26/2/2019, no cargo de presidente do Brasil, homenageou o general Alfredo Stroessner - o homem que com mão de ferro controlou o Paraguai entre 1954 e 1989, responsável por milhares de prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos. Segundo o mandatário brasileiro, "a hidrelétrica só foi possível, porque do outro lado havia um homem com visão, um estadista que sabia perfeitamente que seu país, o Paraguai, só poderia continuar progredindo se tivesse energia. Então, aqui está minha homenagem ao nosso general Alfredo Stroessner".

Como deputado federal elogiava o desempenho da ditadura militar brasileira (entre 1964-1985) "foi uma época gloriosa da história do país, o golpe militar de 1964 foi uma intervenção democrática" fruto da pressão popular" e que, em 1968, grupos opositores começaram a atacar com táticas de guerrilha. Em carta publicada no jornal Folha de São Paulo, referiu-se ao período de exceção democrática como "21 anos de ordem e progresso". Em claro desacordo ao art. 5º, inc. III, da CF/1988.

Em 2011, o Deputado Federal Jair Bolsonaro condenou a iniciativa do Palácio do Planalto, sob a liderança de Dilma Rousseff, de aprovar o grupo de trabalho que teria por função examinar as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar para "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional". Esse grupo de trabalho chamava-se Comissão Nacional da Verdade, ou apenas Comissão da Verdade.

Jair Bolsonaro repudiou, particularmente, um trecho do art. 4º do projeto que criou a comissão e prevê que "é dever dos militares colaborar com a Comissão da Verdade [...] se é dever, o militar que não colaborar e não disser o que eles querem ouvir pode ser preso, sim. Essa é uma farsa, uma mentira. É um projeto que caminha apenas para apurar o que eles querem", disse ao interromper uma entrevista coletiva.

O deputado federal Jair Bolsonaro encontra pontos positivos na administração pública, somente, no período da ditadura militar brasileira. Afirmou durante uma discussão com manifestantes, em dezembro/2008, que "o erro da ditadura foi torturar e não matar." Por conta dessa assertiva foi criticado pelos meios de comunicação, por políticos e pelo Grupo Tortura Nunca Mais, sobretudo depois de ter afixado na porta do gabinete que ocupava, na Câmara dos Deputados, um cartaz que dizia aos familiares dos desaparecidos da ditadura militar: "quem procura osso é cachorro".

Em 17/4/2016, Jair Bolsonaro parabenizou o deputado Eduardo Cunha pela forma como conduziu o *impeachment* de Dilma Rousseff e usou seu discurso de voto sobre o impedimento para homenagear Carlos Alberto Brilhante Ustra - o primeiro militar a ser reconhecido pela Justiça como um dos torturadores durante a ditadura militar. Em entrevista concedida em 2018, voltou a defender Ustra, chamando-o de "herói nacional".

Em de julho/2019, o Presidente da República afirmou que "um dia contaria a Felipe Santa Cruz, o presidente da OAB, como o pai dele, o opositor ao regime militar Fernando Santa Cruz, havia morrido e que ele não iria querer saber a verdade". A fala causou grande repercussão negativa. Posteriormente, disse que Fernando foi morto por um grupo de esquerda, o que é contestado por documentos oficiais, que apontam que o pai de Felipe foi vítima do Estado brasileiro por meio de homens que atuaram durante a ditadura militar, eliminando os contrários ao regime. Mesmo diante dos registros, Jair Bolsonaro reafirma que "não falou nada demais e que não viu ofensa em sua fala".

### 3) O Estado não deve ser laico

A laicidade do Estado brasileiro foi determinada pelo Decreto 119-A/1890, de Ruy Barbosa; na CF/1988 está patente no art. 5º, inc. VI. Em um discurso na cidade de Campina Grande-PB, em fevereiro/2017, ao tratar do papel das religiões, o então deputado criticou o Estado laico ao dizer: "Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. [...] as minorias têm que se curvar para as majorias."

### 4) Política econômica antiliberal

O deputado Jair Bolsonaro defendeu, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, posições econômicas desenvolvimentistas e antiliberais, herança da ditadura militar no Brasil, votando junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) em diversos temas econômicos. Em 2000, ao explicar ao apresentador Jô Soares o porquê de ter defendido o fuzilamento do então presidente FHC, disse que "barbaridade é privatizar a Vale e as telecomunicações, entregar as nossas reservas petrolíferas ao capital externo".

Por outro lado, desde 2016, Jair Bolsonaro tem apoiado medidas econômicas liberais; votou favorável à abertura do pré-sal. Afirmou que o "livre-mercado é a mãe da liberdade" e, disse que "deve ser privatizado o máximo que puder"; ao ser questionado sobre sua linha de votação na Câmara dos Deputados, sentenciou que se opôs somente à forma como a Vale foi privatizada. Em entrevista concedida em 2018, sustentou que "não gostaria" de privatizar a Petrobras, mas que o faria se "não encontrasse [outra] solução". Defendeu a flexibilização de direitos trabalhistas e afirmou: "Aos poucos

a população vai entendendo que é melhor menos direitos e emprego do que todos os direitos e desemprego".

Segundo o cientista político Fernando Schuler, as mudanças de discurso de Bolsonaro seriam explicadas pela ascensão de sua popularidade, "todo candidato, quando cresce, tende ao centro". Para o economista e filósofo Joel Pinheiro da Fonseca, o discurso econômico de Bolsonaro teria uma "roupagem liberal".

### 5) Antagonista à política indigenista

Jair Bolsonaro é contrário às políticas públicas que visem preservar os valores e culturas da população indígena, com destaque para a não demarcação de suas terras. Em pronunciamentos em audiências na Câmara dos Deputados, que tratavam da questão da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O deputado afirmou que o Movimento dos Sem Terra (MST), "apesar de abonado e constituído por pessoas que falam a nossa língua e são educadas", não consegue fazer a reforma agrária, enquanto que "índios fedorentos, não educados e não falantes de nossa língua possuem 12% das terras brasileiras e fazem *lobby* no Congresso Nacional".

Os comentários do capitão-deputado causaram grande indignação no plenário, entre índios, parlamentares e grupos militantes em defesa de direitos humanos, consideraram que a fala feria o princípio de não discriminação constante do art. 3º, inc. IV, da CF/1988. Sentindo-se constrangido e ofendido com os comentários de Jair Bolsonaro sobre a questão indígena, uma das lideranças do povo sateré-maués, presentes na audiência pública, chegou até mesmo a atirar um copo de água na direção do deputado, ao ser atingido disse: "É um índio que está à solta em Brasília, veio de avião, vai agora comer uma costelinha de porco, tomar um chope, provavelmente um uísque, e quem sabe telefonar para alguém para a sua noite ser mais agradável. Esse é o índio que vem falar aqui de reserva indígena. Ele devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens."

Em abril/2017, em um discurso no Clube Hebraica, na zona sul do Rio de Janeiro, o então deputado federal disse que iria acabar com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso fosse eleito em 2018. Como afirmou o propósito de proibir financiamentos públicos para ONGs: "Pode ter certeza que se eu chegar lá (presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola." Sentenciou que as reservas indígenas e quilombolas atrapalham a economia, "onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí".

Na mesma palestra o deputado, ainda, desferiu manifestações discriminatórias contra refugiados, mulheres lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em uma fala conseguiu afronta grande parte dos dispositivos da Constituição de 1988. Mesmo assim, tolerado por parte dos membros do Poder Judiciário e Legislativo.

### 6) Mal querência ao Povo Quilombola

No discurso no Clube Hebraica, também disse: "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador serve. Mais de 1 bilhão de reais por ano é gastado com eles." Após esta referência aos quilombolas, o Ministério Público Federal (MPF) com atuação no estado do Rio de Janeiro, moveu ação civil pública por danos morais coletivos à comunidades quilombolas e à população negra contra Jair Bolsonaro, afirmando que ele usou expressões injuriosas, preconceituosas e discriminatórias com objetivo de ofender e ridicularizar

essa parcela majoritária da população brasileira. Em 3/10/2017, o deputado foi condenado a pagar R\$ 50 mil de indenização por danos morais.

A Procuradora-geral da República Raquel Dodge, em 13/4/2018, apresentou denúncia contra Jair Bolsonaro pelo crime de racismo, pede o pagamento de R\$ 400 mil, por danos morais coletivos e afirmou que o capitão-deputado "tratou com total menoscabo os integrantes de comunidades quilombolas [...] ainda consignou, em comparação, que os japoneses são um povo trabalhador, que não pede esmola. Assim, evidenciou que, em sua visão, há indivíduos ou povos superiores a outros, tratando quilombolas como seres inferiores."

A denúncia foi rejeitada pela Primeira Turma do STF, com os votos dos ministros Marco Aurélio Mello, Luiz Fux e Alexandre de Moraes, este pontuou que "As declarações são totalmente desconectadas da realidade, mas, no caso em questão, apesar da grosseria, da vulgaridade, não me parece ter extrapolado limites da sua liberdade de expressão qualificada", com este voto formou maioria de 3 a 2; votaram pela aceitação os ministros Luís Roberto Barroso e Rosa Weber.

## 7) Homofobia

São tantas as declarações de intolerância à diversidade proferidas pelo senhor Jair Messias Bolsonaro que é necessário escolher algumas como exemplos, para não ser exaustivamente reiterativo, apenar de ficar claro que a pessoa nunca se cansou de ser grosseiro como as comunidades que compõem as chamadas minorias, que à luz da dignidade da pessoa humana, devem ser acolhidas, respeitadas e protegidas por todos.

- a) Em maio/2002, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, disse que poderia agredir homossexuais: "não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater." No mesmo veículo de comunicação, em novembro/2010, defendeu surras em filhos homossexuais: "Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, [ele] leva um couro e muda o comportamento dele".
- b) em 2011, afirmou ao programa CQC, que "não corre o risco de ter um filho homossexual porque seus filhos têm uma boa educação". A juíza Luciana Teixeira disse que o deputado abusou do seu direito de livre expressão para cometer ato ilícito: "Não se pode deliberadamente agredir e humilhar, ignorando-se os princípios da igualdade e isonomia, com base na invocação à liberdade de expressão", afiançou a magistrada. Em 9/11/2017, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em grau de recurso, o condenou a pagar uma multa de R\$ 150 mil por dano moral coletivo devido a declarações dadas.
- c) Em uma entrevista concedida ao português Jornal de Notícias, em 2011, o então deputado federal associou a homossexualidade à pedofilia, afirmando que "muitas das crianças que serão adotadas por casais gays vão ser abusadas por esses casais homossexuais". Além disto, alegou que o Brasil não precisa de uma legislação específica contra a homofobia porque "a maioria dos homossexuais é assassinada por seus respectivos cafetões, em horários em que o cidadão de bem já está dormindo".
- d) Em entrevista à revista Playboy, em junho/2011, Bolsonaro afirmou: "Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo." Disse, ainda, que "se um casal homossexual fosse morar ao seu lado isto iria desvalorizar sua casa".
- e) Em julho/2011, durante uma palestra para leitores da revista Época, sentenciou que "se lutar para impedir a distribuição do *kit gay* nas escolas de ensino fundamental com a intenção de estimular o

homossexualismo, em verdadeira afronta à família é ser preconceituoso, então sou preconceituoso, com muito orgulho".

- f) No documentário *Out There*, feito pelo ator e comediante britânico Stephen Fry e exibido na emissora BBC, em 2013, o deputado declarou que "nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay" e que "nós, brasileiros, não gostamos dos homossexuais".
- g) Em 11/1/2016, Jair Bolsonaro, mais uma vez, condenou publicamente a homossexualidade, se opondo à aplicação de leis que garantam direitos LGBTs, como: a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de filhos por casais homossexuais e a alteração no registro civil para transexuais.
- h) Em março de 2016, a atriz estadunidense Ellen Page divulgou uma entrevista concedida por Jair Bolsonaro, em 2015, e faz parte de um documentário que trata sobre a homofobia no Brasil. Na conversa, o deputado disse que "o número crescente de gays assumidos se deve às liberalidades, às drogas e à mulher trabalhando fora de casa".
- i) Em 2018, durante as eleições presidenciais, o TSE determinou a remoção de vídeos que afirmassem que o livro francês *Aparelho Sexual e Cia.* (associado por Bolsonaro ao *kit gay*) havia sido distribuído por programas governamentais enquanto o Prof. Fernando Haddad ocupava o cargo de Ministro da Educação. A representação tinha como alvos Jair e seus filhos Carlos e Flávio Bolsonaro. Segundo o ministro Carlos Horbach, os vídeos configuram "a difusão de fato sabidamente inverídico, pelo candidato representado e por seus apoiadores, em diversas postagens efetuadas em redes sociais". O que "gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político". O ministro acrescenta que o livro não fez parte do Programa Escola sem Homofobia, que sequer chegou a ser executado pelo MEC.
- j) Em 10/8/2019, durante a Marcha para Jesus em Brasília, o presidente Bolsonaro classificou como "coisa do capeta" o que considera "ideologia de gênero" e explicou que não acolheria políticas que mudem a "família tradicional" sem uma emenda à Constituição brasileira. Frisou que caso tivesse tal aprovação, seguiria defendendo que a família é constituída por homem e mulher, já que "não dá para emendar a Bíblia". Como também, voltou a falar que "não podemos admitir, que por omissão do Parlamento, crianças se tornem homossexuais no futuro, ou tenham esse comportamento homossexual no futuro, por influência da escola. Isso é inadmissível, inclusive é dever combater o *kit gay* nas escolas".

## 8) Misoginia

Em 29/9/2018, usando a *hashtag* #EleNão, um movimento iniciado nas redes sociais, por mais de 2,5 milhões de mulheres contrárias às propostas do candidato Jair Bolsonaro reuniu as maiores manifestações de rua no Brasil, e a maior durante a campanha presidencial de 2018. Os protestos aconteceram em mais de 160 cidades, representando todos os estados do país e, também, em cidades como Nova Iorque, Barcelona, Berlim, Lisboa e Paris.

O movimento não foi por acaso, porque a vida política de Jair Bolsonaro sempre foi marcada por preconceitos inadmissíveis por grande parcela das brasileiras, como discriminação gratuita de toda ordem, só para citar alguns exemplos, contra a comunidade LGBT, pessoas com cor da pele negra, gente desfavorecida economicamente e, a misoginia. Em entrevista concedida ao jornal Zero Hora, em 2015, o então deputado afirmou que "não acha justo que mulheres e homens recebam o mesmo salário porque as mulheres engravidam, alegando que o direito à licença-maternidade prejudica a produtividade do empresário".

Em 2003, o deputado afirmou que não estupraria a parlamentar Maria do Rosário porque ela "não merece" em uma discussão sobre maioria penal. Ao ser questionado sobre a declaração à Maria Rosário, em entrevista concedida ao jornal Zero Hora, em fevereiro/2015, ele disse: "Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia. Não faz meu gênero. Jamais a estupraria."

O jornalista Glenn Greenwald em parceria com Edward Snowden levaram a público a existência dos programas secretos de vigilância global da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), em 2014, dentre inúmeros documentos sobre o Brasil, registrados na Agência indicam que "Bolsonaro é o mais misógino e detestável funcionário público eleito no mundo democrático".

Em abril/2017, em um discurso no Clube Hebraica-RJ, Bolsonaro disse que era piada, no entanto, foi uma detestável referência misógina a uma criança ao dizer sobre sua filha Laura, então com 6 anos, "tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher." Um homem com uma ideia dessas não merece nenhum respeito das mulheres trabalhadoras e mães que desejam um país cada dia mais democrático e fraterno, onde todos têm a obrigação de respeitar o semelhante e, com isso, construirmos uma sociedade no sentido de, cada vez mais, igualitária.

Durante a formação de seu Governo, em 2018, ao ser questionado se aumentaria a participação feminina entre seus assessores de alto escalão respondeu: "Tem que botar quem dê conta do recado. Se botar as mulheres vou ter que indicar quantos afrodescendentes?"

Em 18/2/2020, durante uma entrevista a um grupo de simpatizantes em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro insultou a jornalista Patrícia Campos Mello com uma insinuação sexual: "Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim." Fazendo referência ao depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre *fake News* durante do pleito de 2018, do senhor Hans River do Rio Nascimento, que trabalhou para a empresa Yacows, especializada em *marketing* digital. Entretanto, diversos partidos, políticos, celebridades e entidades jornalísticas consideraram a fala um ataque à democracia, repudiaram a atitude do presidente. Com destaque para algumas entidades:

- a) a Associação Nacional de Jornais (ANJ);
- b) a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji);
- c) o Observatório da Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), acentua que o presidente Bolsonaro desrespeita a imprensa e, o seu trabalho é essencial em uma democracia;
- d) a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) chamou a agressão de "covarde" e pediu à Procuradoria-Geral da República que denuncie a quebra de decoro do Presidente da República;
- e) o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo afirma que a fala pode ser classificada como injúria e é passível de responsabilização criminal;
- f) a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em nota assinada pela Comissão Nacional de Mulheres, diz que o episódio foi de "machismo, sexismo e misoginia";
- g) em nota, o jornal Folha de São Paulo afirmou: "O presidente da República agride a repórter Patrícia Campos Mello e todo o jornalismo profissional com a sua atitude. Vilipêndia também a dignidade, a honra e o decoro que a lei exige de quem está investido na Presidência da República".

## 9) A Posse de armas

O senhor Jair Messias Bolsonaro é conhecido por seu gesto de arma, que ele usou durante sua campanha presidencial. Defende a revogação do Estatuto do Desarmamento, especialmente, para o proprietário rural possa adquirir fuzis para evitar invasões em terras improdutivas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na mesma linha de raciocínio, apresentou projeto de lei que estabelece a castração química voluntária como condição para que uma pessoa condenada por estupro possa participar do regime de progressão de pena.

O presidente Jair Bolsonaro com o apoio da bancada ruralista. Identificado durante, quase, três décadas de carreira como deputado federal com as bandeiras do grupo, tendo prometido, ao longo da campanha presidencial, melhorar a segurança no campo, garantindo “segurança jurídica” e respeito à propriedade privada dos produtores rurais. Em julho de 2019, ofereceu um café da manhã para a Frente Parlamentar da Agropecuária, que reúne 285 deputados e senadores, ocasião em que sentenciou que “Esse governo é de vocês”. Para comprovar sua lealdade aos presentes, disse ter escolhido um ministro do Meio Ambiente “casado” com o agronegócio, referia-se a Ricardo Salles - que já atuou como diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira.

Desde que assumiu a Presidência, vem tentando flexibilizar o porte (direito de carregar) e a posse (direito de manter em casa) de armas de fogo no país. Já editou sete decretos sobre o tema, alguns posteriormente revogados. Apenas os três últimos estão em vigor atualmente. Conseguiu aprovar um projeto de lei que modifica o Estatuto do Desarmamento, de 2003, e permite a posse de arma em toda a extensão da propriedade rural; na prática, estendeu o armamento nas zonas rurais, onde as propriedades muitas vezes ocupam áreas superiores a cidades e são difíceis de serem fiscalizadas. A cerimônia de sanção da lei foi para as bancadas ruralista e da bala.

Sobre a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) do campo, foi um mecanismo criado em 1999 para restabelecer a normalidade em situações de perturbação da ordem nas quais o uso das forças tradicionais se esgotou. A decisão sobre seu emprego é exclusiva do presidente da República, e muitas vezes ocorre a pedido de governadores que comandam as polícias nos estados. Nas operações urbanas, é permitido ao Exército exercer poder de polícia em áreas restritas e por tempo limitado.

A ideia de Bolsonaro é que o mecanismo seja usado, também, para ações de reintegração de posse no campo: “Quando marginais invadem uma propriedade rural, o juiz determina a reintegração de posse, quase como regra o governador protela. A GLO rural é para chegar e tirar o cara da propriedade. O cara invade uma fazenda, queima o gado, depreda patrimônio, mata animais e fica por isso mesmo?”. A medida “não é uma ação social, em que os homens do Exército chegariam com flores na mão. É para chegar preparado para acabar com a bagunça”, disse o Presidente da República.

Em maio/2018, o Presidente da República já havia defendido que ações dos trabalhadores rurais sem-terra e dos sem-teto deveriam ser classificadas como terrorismo: “Propriedade privada é privada. É sagrado e ponto final. Invadiu, garantindo que é ato ilegal, chumbo”. Em 2019, o número de ocupações de terra tem sido menor do que em anos anteriores, Alexandre Conceição, da direção nacional dos sem-terra, disse que o movimento teme pela segurança das famílias por conta das falas do presidente.

O pacote anticrime apresentado ao Congresso pelo ministro da Justiça, ex-juiz Sergio Moro, prevê o excludente de ilicitude para qualquer pessoa, nos casos em que a legítima defesa decorrer de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Bolsonaro disse que irá propor outro projeto de lei para dar garantias “absolutas” para que uma pessoa que estiver em casa possa “tudo contra um invasor”. Como para proteger os militares que atuam em operações de GLO, deve ser garantido o excludente de ilicitude para os agentes que participarem das ações, visando isentar de punição

militares e policiais que se envolverem em atos considerados de legítima defesa nessas operações, porque, segundo o presidente, “seria uma irresponsabilidade assinar uma GLO e, no final da mesma, havendo efeitos colaterais, o soldado que se exploda”.

Muitos estudiosos do tema da violência veem a medida como uma carta branca para agentes de segurança matarem. Apenas em 2018, 6.160 pessoas foram mortas por policiais em todo o Brasil, 18% a mais do que no ano anterior. Bolsonaro ao ser questionado, confirmou que a intenção de incluir o excludente de ilicitude nas GLOs é coibir protestos no país. O Governo tem demonstrado preocupação de que manifestações como as que ocorrem no Chile e outros países da América do Sul, demonstrando descontentamento com a condução das políticas econômicas cheguem ao Brasil. Ele reconheceu que a ideia é coibir mobilizações populares contra o seu Governo.

## 10) Sobre os narcóticos

Em entrevista concedida ao programa CQC, em abril de 2011, foi questionado sobre sua posição sobre a legalização das drogas, disse ser contrário a descriminalização e reiterou afirmações anteriores sobre o tema. O jornalista questionou-o, numa suposição de um de seus filhos vir a ser usuário de drogas, respondeu imediatamente: "Daria uma porrada nele, pode ter certeza disso".

## II – A GESTÃO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro chega ao primeiro ano de gestão com um balanço de aprovação de medias impopulares, promessas de crescimento não alcançadas, declarações polêmicas e graves acusações contra ele e seus filhos. A ciência política, usualmente, define o começo de um novo mandato presidencial como “período de lua de mel”, com alto nível de capital político e, hipoteticamente, encontraria facilidade para aprovar as pautas de sua agenda.

No entanto, o mandato do presidente Bolsonaro está sendo atípico, é notável em sua gestão ocorrem percalços significantes e crises no âmbito nacional e internacional, toda semana, seja pela forma como o presidente e sua equipe se relacionam entre si, com integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário e, a sociedade. Com isso gerando atritos internos ao sistema político e o que mais impacta a população, problemas econômicos ao invés de soluções. O cerne dos problemas está na insegurança do presidente ao tomar decisões: decide algo, publica nas redes sociais, um assessor vai para a imprensa corporativa dizer que não será feito, o titular muda de ideia; com isso os investidores desaparecem, afinal eles primam por segurança jurídica, política e econômica.

As grosserias são diárias, a começar pela desvalorização da atividade profissional dos jornalistas, como a desmoralização de alguns órgãos de imprensa e exaltação de outros; o que espanta é a falta de autoestima das pessoas atacadas. A preferência do mandatário brasileiro é utilizar as redes sociais para se comunicar diretamente com sua base eleitoral, como exemplo, a divulgação de um vídeo no Twitter oficial da presidência retratando a fantasia sexual *golden shower*. Como permitir que seus filhos participem ativamente de suas decisões políticas.

As relações internacionais foram marcadas pela aproximação a novos parceiros - Israel, Hungria e Polônia - e a subserviência aos Estados Unidos, dentre as inúmeras evidências, destaco que, em 24/9/2019, logo após discursar na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente Jair Bolsonaro ao avistar o colega estadunidense, Donald Trump, fez uma declaração, em inglês: “I love you” [Eu te amo], o mandatário dos EUA retribuiu o afeto: “Nice to see you again” [Que bom te ver de novo].

Em 29/7/2019, o presidente Bolsonaro cancelou, de última hora, um encontro com o Chanceler Francês, Jean-Yves Le Drian, e publicou um vídeo no Facebook enquanto cortava o cabelo, no mesmo horário em que estava programada a reunião. Na ocasião, Le Drian comentou a “urgência capilar”. Em 24/9/2019, um internauta postou no Facebook presidencial uma imagem de Bolsonaro (64 anos) com a primeira-dama Michelle (37 anos) em uma montagem com foto de Emmanuel Macron (42 anos) e sua mulher Brigitte (66 anos), com um texto: “entende agora por que Macron persegue Bolsonaro?”. Este comentou: “Não humilha, cara Kkkkkk”. Sendo que o tema eram as queimadas na Amazônia e, Macron sugeriu levar o tema ao G7 para buscar soluções no fórum internacional.

A bestialidade do mandatário brasileiro repercutiu negativamente pela imprensa francesa, chamando-o de sexista. O Presidente Francês rebateu os comentários de Bolsonaro sobre sua Brigitte Macron, classificando-os de "tristes" e extremamente desrespeitosos: "Penso que as mulheres brasileiras sentem vergonha ao ler isso, vindo de seu presidente, além das pessoas que esperam que ele represente bem seu país", com deseja que "os brasileiros tenham logo um presidente que se comporte à altura do cargo".

Como se não bastasse o constrangimento causado aos brasileiros com a fala sexista de seu chefe do Poder Executivo, outras autoridades deram continuidade ao tema. O titular da Educação, Abraham Weintraub, disse que Macron "é apenas um calhorda oportunista buscando apoio do *lobby* agrícola francês", e publicou: "Os franceses elegeram esse Macron, porém, nós já elegemos Le Ladrón, que hoje está enjauladón...Ferro no cretino do Macron, não nos franceses...". O ministro da Economia, Paulo Guedes durante uma palestra falou "Tudo bem, é verdade, o presidente falou mesmo" e concordou que "E a mulher é feia mesmo". Como o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) compartilhou um vídeo com o título "Macron é um idiota".

O realinhamento da política externa brasileira conta com novos princípios e valores. Enfatizando compatibilização ideológica na defesa do liberalismo econômico e de abandono de projetos voltados para a preservação do meio ambiente. O que levou a críticas da comunidade internacional ao Governo brasileiro, como exemplos, a proposta de liberação da exploração de garimpos na região amazônica, as queimadas nas florestas e a mancha de óleo que se estendeu pelo litoral brasileiro.

No âmbito interno, estes catorze meses de Governo Bolsonaro, evidencia seu alinhamento político voltado a diversos favorecimentos que sempre estão na pauta do mais favorecidos economicamente, representados pelos latifundiários, agronegócio, madeireiros, mineradoras, grileiros e as empresas transnacionais de insumos agrícolas. Com enormes retrocessos nas políticas agrária, agrícola e ambiental, medidas prejudiciais aos trabalhadores e a ampla maioria do povo brasileiro. Confira uma amostragem por meio de algumas medidas:

Temas Essenciais	Políticas Públicas Federais
Política ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2019, a questão ambiental foi uma pauta negativa do Governo. O país, anteriormente, considerado referência em proteção ambiental acabou perdendo espaço na temática. Jair Bolsonaro sempre defendeu um relaxamento da legislação ambiental para que se pudesse aproveitar de forma mais intensiva os recursos naturais passíveis de gerar riqueza monetária. Essa visão acabou colocando o Governo em rota de colisão com diversos órgãos estatais e não-governamentais que trabalha pela sustentabilidade e preservação dos recursos naturais. Vale lembrar da “pirralha” ativista ambiental Greta Thunberg.</li> <li>- Em 2015 o deputado federal Jair Bolsonaro disse “eu sou o capitão motosserra”, foram desmatados 6.207 km², já em 2019, atingiu-se uma área de 9.762 km², com aumento de 50%.</li> <li>- Nomeação de policiais e ex-policiais em substituição a especialistas no Ministério do Meio Ambiente; ameaças a servidores públicos no cumprimento de suas obrigações na gestão ambiental</li> </ul>

	<p>em todo o país; desativação dos conselhos paritários de gestão ambiental, desmantelamento do sistema nacional de monitoramento ambiental e fim do diálogo com as organizações da sociedade civil.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Medida Provisória 901/2019 indica a diminuição do percentual de reserva legal nos imóveis dos latifundiários e reduz o número de áreas de conservação natural pertencentes à União.</li> <li>- O Brasil se afastou de espaços de discussão sobre meio ambiente, como a COP-25 – Conferência do Clima da ONU -, com quase 200 países participantes. Desastres ambientais ocorreram de forma sucessiva durante 2019, cabendo destacar para as queimadas na Amazônia sem a atuação do Governo para contê-las, levando a duras críticas em âmbito nacional e internacional. Muito triste assistir imagens com o fogo consumindo as áreas da Amazônia legal, com pico entre agosto e setembro, estimuladas por pecuaristas e fazendeiros da região, após a constatação que elas foram criminosas levou ao aprofundamento da crise política que abandonou a preservação ambiental do país.</li> <li>- Em relação ao desmatamento em diversas regiões, com repercussão internacional, presidente Bolsonaro minimizou os impactos da destruição - inclusive durante a Assembleia Geral das Nações Unidas - e repudiou o auxílio oferecido por outros países.</li> <li>- A postura do governo em relação ao combate à contaminação do oceano após vazamento de óleo cru no litoral nordestino, desde o final de agosto, também é amplamente criticada, porque o Governo ficou com deboche dizendo que eram venezuelanos, além das incertezas em relação a não identificação do navio responsável pelo derramamento, isso se foi por meio de embarcação. A Marinha não se pronunciou sobre o tema, demonstrando claramente que o desastre ambiental nem é atribuição do órgão. A gestão Bolsonaro não adotou a metodologia indicada no Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), segundo o Ministério Público Federal (MPF) que apresentou recurso ao Tribunal Federal da 5ª Região (TRF-5), tendo em vista que na 1ª instância o pedido foi negado alegando que já estariam cumprindo as medidas. No recurso, o MPF elencou dez pontos que comprovam que o Governo estaria mentindo. O PNC foi criado por decreto presidencial em 2013, apresenta em detalhes os procedimentos a serem adotados em casos de acidentes como o que atinge as praias brasileiras. Em repúdio aos posicionamentos do Governo, o MPF pressiona as autoridades para, no mínimo, seguir a cartilha do Plano.</li> <li>- Suspensão da proibição do plantio de cana de açúcar nos biomas do Pantanal e da Amazônia. Esse monocultivo vai gerar enormes problemas ambientais nas duas regiões, como advertiram os cientistas.</li> <li>- Oficializou-se a criminalização de militantes de ONGs e movimentos em defesa do meio ambiente; como o exemplo patético da prisão injusta de quatro membros da ONG Brigada Voluntária de Alter do Chão. Em 25/11/2019, sob acusação de terem ateado fogo em parte da vegetação da Área de Proteção Ambiental (APA) Alter do Chão, em Santarém-PA. O MPF pronunciou que, desde setembro, já estava em andamento na Polícia Federal uma investigação sobre o tema e que “nenhum elemento apontava para a participação de brigadistas ou organizações da sociedade civil” nos incêndios. Posteriormente ficou evidenciado que foi manipulação de policiais e madeireiros bolsonaristas.</li> <li>- O Brasil visto da perspectiva do seu atual presidente, em discurso na ONU, não tem queimadas, desemprego nem violência. Ele proferiu frases como: “Somos um dos países que mais protege o meio ambiente” e “a Amazônia não está sendo devastada, nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia”.</li> </ul>
<p><b>Impunidade às mineradoras</b></p>	<p>Ampliação da impunidade às mineradoras que cometeram crimes ambientais e causaram a morte de centenas de pessoas em Minas Gerais e no Pará, sem que até agora, as famílias e as regiões tenham sido reparadas. O Estado está ausente, o Ministério Público finge que fiscaliza, e as mineradoras seguem se apropriando de bilhões em lucros por ano.</p>
<p><b>Reforma agrária</b></p>	<p>- Nenhuma fazenda foi desapropriada. A Constituição é clara: todas as grandes fazendas improdutivas (em geral acima de 1.000 hectares) devem ser desapropriadas. A legislação indica que se paga o</p>

	<p>latifundiário com títulos da dívida agrária e distribuí-se o terreno às famílias sem-terra. Nenhuma família foi assentada. Como zero de área demarcada ou legalizada em 2019.</p> <p>- O Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA) está sendo desmantelado e aparelhado pela União Democrática Ruralista (UDR) – entidade dos latifundiários que organiza a violência contra os trabalhadores rurais, com nomeação de pessoas que são contra a reforma agrária. Inclusive designando policiais para atuarem em superintendências estaduais.</p>
<b>Reservas indígenas</b>	<p>- Há 236 processos de demarcação de áreas indígenas paralisados em diversas fases de andamento.</p> <p>- Foram registrados, em 2019, 160 casos de invasões e agressões a povos indígenas por latifundiários, madeireiros, mineradoras e garimpeiros. (fonte CPI-SP). Nenhuma área foi demarcada ou legalizada em 2019.</p>
<b>Áreas quilombolas</b>	<p>Existem 3.000 comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado e sem demarcação de áreas territoriais ancestrais. Porém, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) estima a existência de, aproximadamente, 6.000 comunidades. Há 1.719 processos de titulação paralisados no INCRA. Nenhuma área foi demarcada ou legalizada em 2019.</p>
<b>Venda e Regularização de Terras</b>	<p>A MP 910/2019 – trata da regularização fundiária e grilagem. Normatiza a legalização de terras públicas griladas na Amazônia Legal por latifundiários, bastando, se aprovada, autodeclaração de que já estão ocupadas e indicar por quem.</p> <p>Inclusive autoriza a venda de terras para o capital estrangeiro. No passado, até as Forças Armadas se opuseram a isso, considerando que violava a soberania nacional.</p>
<b>Política de Armamento</b>	<p>- Autorizaram o porte de arma de qualquer calibre, em toda a extensão das fazendas. Esta medida interessa apenas às fábricas de armas e induz aos latifundiários à impunidade e à contratação de pistoleiros. Como se os problemas de conflitos de terra ou de roubos no meio rural se resolvessem com porte de armas.</p> <p>- A promessa de campanha de liberar a posse e o porte de armas (a começar pelo <i>slogan</i> gestual) o presidente Bolsonaro tentou instituir por meio de decretos, no entanto, gerou reação negativa no parlamento, por parte da sociedade civil e do Judiciário. Com isso, teve que mudar a estratégia, com encaminhamento homeopático por meio de projetos de lei ao Congresso.</p> <p>- O Governo encaminhou o pacote anticrime, do ministro da Justiça, ex-juiz Sérgio Moro. Mas o Congresso optou pela análise da proposta encaminhada pelo ex-ministro Alexandre de Moraes. Um desgaste político do Poder Executivo.</p>
<b>Contemporização Legal com Relação à Violência</b>	<p>- Desde a campanha de 2018, já foi possível perceber um estímulo à violência, com a posse do presidente, a braveza foi agravada pela garantia de impunidade aos policiais.</p> <p>- Em diversos estados federados houve ações de despejos de famílias acampadas, tanto no campo como nas cidades, sem que houvesse autorização judicial ou qualquer negociação para definir aonde seriam colocadas as famílias. Esses abusos foram cometidos por autoridades policiais locais, inclusive influenciadas pelos latifundiários e pelo discurso ideológico bolsonarista, cometem exorbitâncias à revelia da lei.</p> <p>- No campo, em especial na fronteira agrícola, aumentou o uso da violência pelos latifundiários nas disputas por terras. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Esta registrou aumento dos conflitos. Em 2019 ocorreram 29 assassinatos de lideranças comunitárias, incluindo indígenas e quilombolas.</p>
<b>Privatização da Água</b>	<p>PL 4.162/2019 foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, em 11/12/2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento básico, abrindo caminho para privatizações de serviços no setor. Norma para privatizar a venda de água potável e o saneamento, entregando esses serviços para as empresas, inclusive, para o capital estrangeiro.</p>
<b>Cisternas no Semiárido</b>	<p>Ocorreu o desmantelamento do programa de construção de cisternas no semiárido nordestino. Visando edificação de reservatórios para armazenamento das águas das chuvas para consumo das famílias camponesas. Foram mantidos apenas os contratos antigos. Os recursos caíram de R\$ 26 milhões em 2015, para apenas R\$ 10 milhões em 2019.</p>
<b>Segurança Alimentar</b>	<p>- As políticas públicas estão indicando o abandono da agricultura familiar, com reflexo na indústria de máquinas agrícolas. Em 2015, vendeu-se 262.000 tratores e, em 2019, apenas 46.457.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Programa de Compra Antecipada de Alimentos (PAA), administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) chegou a aplicar mais de R\$ 1 bilhão por ano; em 2019, foram aplicados apenas R\$ 92 milhões. O Programa representava estímulo à produção de alimentos saudáveis e uma garantia aos camponeses que poderiam vender ao governo, recebendo à vista. A CONAB comprava mais de 360 tipos de alimentos que eram destinados a hospitais, escolas, creches, presídios, quartéis, cestas básicas aos pobres, etc. O PAA foi paralisado em 2019.</li> <li>- O Plano Nacional de Erradicação de Agrotóxicos (PRONARO), Lei 7.802/1989, em 2019, foi interrompido o programa de redução do uso de agrotóxicos.</li> <li>- O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), Lei 10.831/2003. Em 2019, o programa de apoio à agroecologia está desativado. Em 2019, o Governo ignorou o PRONARO e PLANAPO no orçamento da União.</li> </ul>
<p><b>Plantas Transgênicas</b></p>	<p>Organismos Geneticamente Modificados (OGM), espécimes manipuladas geneticamente de modo a favorecer características desejadas, como a cor, tamanho, etc. possuem alteração em trechos do genoma, realizadas por meio da tecnologia, no RNA/DNA recombinante ou engenharia genética. Houve afrouxamento das regras para registro e monitoramento de novas plantas transgênicas, potencializando o risco dessas tecnologias causar prejuízos irreversíveis para a saúde humana, animal e ao meio ambiente. Já que se isentou os necessários estudos sobre impactos no meio ambiente e na saúde das pessoas.</p>
<p><b>Políticas de Educação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ano na área de educação foi marcado por desafios enfrentados pelo Ministério da Educação, pois antes mesmo dos seis meses de Governo houve a queda do ministro Ricardo Vélez, foi substituído por Abraham Weintraub, porém o perfil continuou o mesmo, os recursos destinados às universidades federais permaneceram congelados por maior parte do ano.</li> <li>- A pauta de militarização das escolas, com parcerias entre instituições de ensino e membros das forças militares avançou significativamente durante o ano de 2019.</li> <li>- A pasta da educação foi um dos principais alvos de Bolsonaro e de sua equipe ministerial, com perseguição a uma suposta “ideologia de gênero”, o anúncio do corte de 30% no orçamento das universidades e institutos federais foram estopim de atos massivos e da primeira greve geral contra o Governo.</li> <li>- O Ministério da Educação apresentou o programa Future-se, que prevê a criação de um fundo de cerca de R\$ 102 bilhões para atrair investimentos privados nas instituições de ensino superior. Novamente, atos em todo país repudiaram a proposta.</li> <li>- As agências responsáveis pelo financiamento de bolsas de pesquisa também estão sob ataque, de 2015 para 2019, o orçamento dos órgãos de fomento à pesquisa e produção tecnológica, ligadas ao governo federal, caiu de R\$ 13,97 bilhões para R\$ 6,08 bilhões, um recuo de 56,5%.</li> <li>- Criminalização e perseguição a pesquisadores e cientistas de instituições públicas de pesquisa, sobretudo das voltadas para questão ambiental.</li> <li>- O Governo estuda a fusão entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na prática, extingue importantes instrumentos de desenvolvimento tecnológico e científico.</li> <li>- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil (PRONERA) tem como objetivo estimular as universidades públicas a construírem cursos especiais na forma de alternância, realizando vestibular específico para filhos de camponeses. Isso permitia que eles ficassem dois meses em aulas e dois meses de volta às suas comunidades. Milhares de jovens do interior tiveram acesso à universidade, formaram-se e permaneceram no campo. Programa foi paralisado em 2019.</li> <li>- O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foram paralisadas todas as iniciativas de assistência técnica e fomento para a agricultura familiar e assentamentos. Milhares de agrônomos, veterinários, assistentes sociais, etc. perderam emprego e centenas de comunidades sem o apoio especializado de profissionais habilitados.</li> </ul>
<p><b>Fechamento do Programa Mais Médicos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centenas de comunidades de povos indígenas, quilombolas e assentamentos perderam os cuidados e a atenção médica com o encerramento do Programa Mais Médicos. O país não conta mais com a presença de profissionais da área de saúde que se inscreveram no programa. Contava com maior contingente de cubanos, os únicos que se dispunham a atender essas comunidades. Todos retornaram a seu país de origem.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criaram o Médicos pelo Brasil para brasileiros. Em 18/12/2019, foi aprovada a Lei 13.959 - Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).</li> <li>-Especificamente em relação à atenção primária, nas Unidades Básicas da Saúde, criou o programa Saúde na Hora, com um novo modelo de financiamento de atendimento em postos de saúde, com repasse de recursos vinculado ao número de pacientes cadastrados nas unidades de saúde e do desempenho dos profissionais no atendimento.</li> <li>- O Brasil findou 2019, com 2.149 vagas do programa Mais Médicos não preenchidas. A União é alvo de uma ação civil pública do MPF que estima um prejuízo direto no atendimento básico de saúde de mais de 6 milhões de brasileiros, moradores de 705 municípios onde não há médicos.</li> </ul>
<p><b>Extinção da Previdência Social</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A proposta legislativa de maior importância aprovada em 2019, foi a reforma da previdência. Para atender aos interesses do mercado financeiro, as alterações retiraram direitos da imensa maioria dos trabalhadores, aumentando a idade para a aposentadoria, diminuindo valores, com redução do número de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social e da Assistência Social (INSS).</li> <li>- Mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), na idade mínima e no cálculo do valor do benefício.</li> <li>- O conjunto dessas medidas afetam desastrosamente a tão almejada distribuição de renda. Em contrapartida, aumenta as dificuldades financeiras das famílias que dependem desses benefícios; como haverá retração nas atividades econômicas de diversos municípios brasileiros.</li> <li>- A reforma da previdência foi idealizada pelo ministro da Economia Paulo Guedes que não consultou dados sociais em órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Como também, os disponibilizados por organizações da sociedade civil, e não consultou entidades de classe, nem as convidou para discussões, muito menos especialistas em previdência social.</li> <li>- O texto aprovado foi duramente criticado por economistas da área; movimento sociais e sindicais. As novas regras estabelecem idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, tempo mínimo de contribuição de 20 e 15 anos, respectivamente. O valor será equivalente a 60% da média do valor de referência das contribuições. Para ter direito ao valor integral os trabalhadores devem contribuir por 40 anos.</li> <li>- A aposentadoria por idade acabou. As estatísticas previdenciárias apontam que, de cada dez aposentadorias concedidas, sete eram por idade.</li> <li>- Outra mudança de regime previdenciário foi o específico dos militares, recebeu especial atenção dos poderes Executivo e Legislativo; enquanto o regime geral do INSS teve supressões, os militares foram agraciados com reestrutura de suas carreiras que deve custar R\$ 86,85 bilhões aos cofres públicos.</li> </ul>
<p><b>Extinção de Municípios</b></p>	<p>A PEC 188/2019 - Pacto Federativo e extinção de Municípios, encaminhada em 5/11/2019, propõe que municípios com menos de 5.000 habitantes e arrecadação própria menor do que 10% da receita total sejam incorporados por vizinhos. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE, 1.254 unidades federadas se encaixam nessas condições na atualidade, isso representa quase 1 em cada 4 ou 22,5% do total.</p> <p>Caso, seja aprovada a PEC, dificultará o acesso da população interiorana, mais pobre, aos serviços de educação, saúde, bancos, correio entre outras atividades públicas básicas.</p>
<p><b>Política Externa Brasileira</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde antes da eleição que o tornaria presidente, a imagem de Jair Bolsonaro já era associada a ameaças à democracia. Ele foi chamado por veículos internacionais de "populista de direita", "fascista se apresentando como homem honesto", "demagogo do deserto", "militarista xenófobo" e "Trump tropical", entre outras alcunhas.</li> <li>- O primeiro discurso internacional como presidente, na abertura do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, foi tachado de "desastre" pela imprensa internacional.</li> <li>- Após desrespeitar publicamente a primeira-dama francesa Brigitte Macron e de chamar a Noruega para briga no caso do Fundo Amazônia, o mandatário fez o discurso "mais desastroso" de um presidente brasileiro na história das Nações Unidas.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adesão ao acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Felizmente contestado por diversos países europeus e que certamente será vetado pela Argentina. O acordo colocava em risco não só a indústria brasileira e do Cone Sul, mas também, a produção da agricultura familiar, de leite, queijos e vinhos, entre outros produtos, por conta da liberação total da entrada de produtos europeus.</li> <li>- A escolha do embaixador Ernesto Araújo para a pasta do MRE, trouxe consigo, um realinhamento da política externa brasileira, as lideranças políticas brasileiras se aconchegaram no presidente estadunidense Donald Trump, com isso, criaram conflitos com a China e com países parceiros no Oriente Médio.</li> </ul>
<p><b>Perfil dos Assessores de Primeiro Escalão do Presidente da República</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ao nomear o primeiro escalão do Governo não foi observado o critério de domínio temático. Mas ao visitar os EUA, após sua eleição destacou que “primeiro era preciso destruir muita coisa antes de começar a construir um novo país.” Em um ano a primeira parte já cumpriu: com ódio e mentiras, apequenou o país ao atacar uma a uma das conquistas sociais das últimas décadas e abalar os alicerces democráticos de um Brasil em desassossego permanente.</li> <li>- O Ministério Público Federal (MPF) instaurou em fevereiro/2018, duas representações em desfavor do economista Paulo Guedes, baseadas em irregularidades apontadas pela FUNCEF e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu processo para apurar se houve prejuízos a estatais por meio de supostas fraudes em operações feitas por uma empresa de Paulo Guedes envolvendo fundos de pensão. Os fundos de investimentos em que foram encontradas irregularidades receberam aportes no valor de R\$ 1 bilhão, entre 2009 e 2013. Em 30/11/2018, A Polícia Federal (PF), sob o comando da delegada Dominique de Castro Oliveira, chefe da Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros da Superintendência da PF, a pedido do (MPF), por meio do procurador Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, abriu inquérito para investigar o futuro ministro da Economia – operador de bolsa de valores, cuja atividade é fazer a intermediação nas negociações de compra e venda de ações, títulos e investimentos, no mercado de capitais, em outros produtos financeiros e recebe comissão por esse trabalho -, sobre suposta ardileza envolvendo fundos mobiliários federais, pelo crime de gestão fraudulenta ou temerária ao captar recursos em entidades de previdência complementar de pessoas ligadas a empresas estatais: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa), Postalís (Correios) e o BNDESpar. A maior parte das acusações envolvem fraudes nos contratos assinados por Paulo Guedes que não teriam passado pelas avaliações técnicas necessárias e gerado ganhos extras ao economista. A PF remeteu o inquérito à Justiça Federal em Brasília, com pedido para que tramite em sigilo. Ao questionar a defesa do futuro ministro da Economia sobre a denúncia respondeu se tratar de "uma afronta à democracia". O presidente eleito Bolsonaro ao ser abordado pelo jornal Folha de São Paulo sobre o caso em tela, disse que "desconhecia as denúncias e que tinha um acordo com Sérgio Moro, futuro ministro da Justiça, para afastar qualquer integrante do seu governo que for acusado de maneira robusta".</li> <li>- Nomeou para o Ministro de Meio Ambiente Ricardo Salles, condenado por crime ambiental. Para a presidência do Serviço Florestal Brasileiro convocou o deputado Valdir Colatto (MDB-SC); ambos têm <i>curriculum</i> e comportamento claramente anti-meio ambiente e preservação da natureza.</li> <li>- Para a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi nomeada a ministra Damares Regina Alves, pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista da Lagoinha (em Belo Horizonte), durante sua gestão ficou conhecida por: a) dizer que viu Jesus na goiabeira - empoleirada na árvore, teria visto a figura de Jesus, que a teria convencido a desistir do suicídio; b) que menino veste azul, menina veste rosa - após a posse do presidente Bolsonaro, a ministra comemora a vitória, proclamando que "a nova era começou, e que agora menino veste azul e menina veste rosa"; c) promoveu adoção irregular de criança indígena – Kajutiti (Lulu), segundo seus parentes foi tirada irregularmente da aldeia aos seis anos de idade; d) é portadora de mestrados no sentido bíblico e não acadêmico – possui três mestrados: em Educação, Direito Constitucional e Direito de Família, autorreconhecidos em razão de uma passagem bíblica Efésios 4:11; e) Crítica ao evolucionismo - afirma que a Igreja Evangélica perdeu o espaço na história e na ciência, devido ao ensino do evolucionismo nos ambientes escolares.</li> </ul>

	<p>Para 2020, a ministra elaborou uma campanha institucional, para lançar antes do carnaval, de abstinência sexual - com viés religioso e ideológico -, com a finalidade de proteger jovens de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o cientista Ricardo Magnus Osório Galvão, foi exonerado, em 7/8/2019, do cargo por divulgar dados científicos sobre medição de desmatamento no Brasil, captados por satélites e disponibilizados no portal Terra Brasilis do INPE. O presidente Bolsonaro desqualificou os dados e disse que “o diretor do Instituto deveria estar a serviço de alguma ONG”.</li> <li>- A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. O presidente general Franklimberg de Freitas, foi demitido, em 11/6/2019, a pedido do Secretário de Política Agrária, Nabhan Garcia. A motivação, segundo o presidente Bolsonaro “O Nabhan odeia tudo que é índio. E o Franklimberg gosta deles.”</li> <li>- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 27/3/2019, exonerou o servidor José Olímpio Augusto Morelli que ingressou por concurso público no quadro de servidores do Instituto, em 2002, agrônomo por formação e especialista em direito ambiental, ocupava o cargo comissionado de chefe do Centro de Operações Aéreas do Ibama, subordinado à Diretoria de Proteção Ambiental. O motivo da exoneração ocorreu em 2012, quando multou em R\$ 10 mil, o então deputado federal Jair Bolsonaro por pesca irregular em área de proteção ambiental. O crime aconteceu na estação ecológica de Tamoiós, área protegida que não permite a presença humana, em Angra dos Reis-RJ. Morelli, quando afastado, salientou que “uma atitude que considero incompatível com a de um Presidente da República” e alerta para as consequências de um esvaziamento de órgãos ambientais como o IBAMA no atual Governo federal, “sem o IBAMA forte, o desmatamento e a grilagem de terra vão disparar no Brasil.”</li> </ul>
<p><b>Segurança Pública, Defesa e Militarização do Governo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conforme reportagem de Camila Mattoso e Ranier Bragon, para o jornal Folha de São Paulo, em 14/10/2019, 2.500 militares ocupam cargos de chefia ou assessoramento no Governo Bolsonaro. Integrantes das Forças Armadas estão com presença em cargos, normalmente ocupados por civis; inclusive preenchem os três primeiros postos do Governo: o presidente, o vice-presidente e o ministro da Casa Civil. Como, são 8 ministros de um total de 22, ou seja, 36,36%.</li> <li>- Conforme art. 144 da CF/1988, A Segurança Pública é um dever do Estado, uma responsabilidade e direito de todos, visando a garantia da ordem pública e a proteção de todos os cidadãos brasileiros, composta pelos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Os dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2019, com informações de 2018, indicam que a sociedade gastou com segurança pública R\$ 91.256.108.414,44. Não consta a quantidade total de servidores. O Anuário informou, apenas, o número de militares em atividade de eram 539.463, em 2018. A Carta de Conjuntura do IPEA indica 250.000 militares inativos e cerca de 135.000 pensionistas.</li> <li>- O art. 142 da CF/1988 traz normas gerais sobre as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, destinam à defesa da pátria, da lei e da ordem. Em consulta ao <i>site</i> especializado em Geopolítica e militar, Global Firepower. A publicação Índice Global Firepower 2019 traz um gasto dos brasileiros com a Defesa de US\$ 29.3 bilhões (29,300,000.00 x 4,51 = R\$ 132.143.000,00). Com um efetivo (ativo e reserva) de 1.674.500 servidores.</li> </ul>
<p><b>Orçamento Impositivo</b></p>	<p>Em 5/6/2019, O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a PEC 34/2019, que prevê a execução obrigatória do Orçamento Impositivo de emendas de bancada, que diminui o poder de barganha do presidente em relação à liberação dos recursos de emendas parlamentares. Foi aprovada a PEC 48/2019 – que autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), facilita o repasse de recursos de emendas parlamentares a Estados e Municípios ao extinguir a necessidade de convênio prévio para que o mesmo ocorra. A transferência será direta, sendo o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU) os órgãos responsáveis pela fiscalização.</p>
<p><b>Relação com o PSL</b></p>	<p>Eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), a boa relação de Jair Bolsonaro com seu partido não tardou a se complicar. O início do processo de afastamento se deu com a crise iniciada pelas acusações de</p>



	<p>desvio de recursos eleitorais que recaíram sobre Marcelo Álvaro, o atual ministro do Turismo, e pelos conflitos que levaram à exoneração de Gustavo Bebianno do cargo Secretário-Geral da Presidência da República.</p> <p>Na bancada do PSL no parlamento há uma divisão entre os legisladores que defendem o mandatário do Brasil e àqueles mais próximos à figura do presidente da sigla, Luciano Bivar. O presidente Bolsonaro anunciou a criação de uma nova sigla.</p> <p>Enquanto isso, Jair e seus filhos legisladores seguem insultando o presidente nacional do PSL e outros membros do partido, como o deputado federal delegado Waldir, o senador Major Olimpo e a deputada Joice Hasselmann.</p>
<b>O Caso Queiroz</b>	<p>A primeira crise com figuras associadas aos familiares do presidente eleito Bolsonaro foi deflagrada em dezembro/2018, decorrente de investigações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), posteriormente extinto, provavelmente por esta verificação, foi criado um outro órgão vinculado ao Banco Central, a Unidade de Inteligência Financeira (UIF).</p> <p>Detectaram transações financeiras atípicas associadas aos nomes do atual senador Flávio Bolsonaro e de seu ex-assessor Fabrício Queiroz, investigações que estão tramitando com autorização da Justiça até o presente momento. Porém o que, ainda, repercute na mídia são os desdobramentos, sobre a execução do ex-capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, em 9/2/2020, ocorrida no município de Esplanada-BA.</p> <p>Ao longo do ano de 2019, outras polêmicas envolvendo a família presidencial e outros membros do Governo igualmente ocorreram: a Vaza Jato, divulgação de conversas dos Membros do MPF sobre a Operação Lava-Jato e a atuação do atual Ministro da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro.</p> <p>Uma possível ligação entre a morte da vereadora Marielle Franco, milícias e a família Bolsonaro.</p> <p>O Fabrício Queiroz não é importunado: pela família Bolsonaro, Ministério Público do Rio de Janeiro e nem pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Nem mesmo para prestar depoimento coercitivamente.</p>
<b>O Caso Marielle Franco</b>	<p>As Organizações Globo dedicou mais de 6 minutos do telejornal Jornal Nacional, do dia 29/10/2019, a uma matéria exclusiva sobre uma testemunha que citou o então deputado federal Jair Bolsonaro em ligação com dois dos principais suspeitos no caso do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes.</p> <p>A matéria mostrou o depoimento de um funcionário do condomínio fechado, na Barra da Tijuca, bairro do Rio de Janeiro-RJ, onde Jair Bolsonaro tem duas casas, o mesmo onde mora Ronnie Lessa, acusado de ser o autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson, em 14/3/2018.</p> <p>No depoimento, o porteiro afirma que Élcio Vieira de Queiroz, acusado de dirigir o carro que perseguiu e encurralou as vítimas, foi autorizado a entrar no condomínio na tarde do assassinato, depois de dizer ao porteiro que iria visitar a casa do então deputado Federal Jair Bolsonaro, no número 58.</p> <p>O funcionário que estava na portaria ligou para a casa, e uma voz identificada como sendo do “senhor Jair” autorizou a entrada de Élcio Queiroz no condomínio. Mas, acompanhando pelas câmeras de segurança, o funcionário viu que o homem foi para outra casa, no número 66, onde Ronnie Lessa morava.</p> <p>A matéria afirma que, segundo fontes anônimas, os dois suspeitos depois saíram do condomínio juntos, trocaram de carro, dirigindo-se à região central do Rio onde Marielle e Anderson foram mortos. Ronnie e Élcio estão presos desde março/2019, acusados de envolvimento no crime.</p> <p>Em resposta, o presidente fez uma transmissão ao vivo, nitidamente raivoso, logo em seguida, mesmo estando em viagem oficial à Arábia Saudita, onde já eram 4 horas da manhã. Jair Bolsonaro desferiu ataques exaltados contra a Rede Globo, chamando-a de “podre” e “canalha” e ameaçando dificultar a renovação da concessão do canal em 2022.</p> <p>Na cerimônia de 300 dias do Governo, o presidente Bolsonaro voltou a negar envolvimento com o caso, segundo ele, “Estaria contrariando meus princípios cristãos. Aquela pessoa me atrapalhava? Zero”, em referência a Marielle Franco.</p> <p>No mesmo evento, o mandatário ataca a imprensa: “Lamento uma grande imprensa no Brasil querer colocar no meu colo a execução de uma vereadora, porque um dos possíveis executores mora no meu condomínio. Não é uma imprensa que colabora com o Brasil”.</p>
<b>Precarização do Trabalho é Recorde</b>	<p>Segundo dados revelados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), do IBGE, divulgados em 31/10/2019, a informalidade cresce em ritmo acelerado no país.</p> <p>A oferta de postos de trabalho informais disparou e bateu o recorde da série histórica, chegando a 41,4% da força de trabalho brasileira, o equivalente a 38 milhões de pessoas. Em suma, um enorme</p>



	contingente de adultos que não estão amparados pelos direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação da Lei do Trabalho (CLT). Ainda de acordo com o IBGE, o contingente de desempregados soma 12,5 milhões de pessoas e, 4,7 milhões de brasileiros desistiram de procurar emprego.
--	--

Fontes:

- Artigo: Dez políticas que aprofundaram crise no Brasil em 300 dias de governo Bolsonaro, por Lu Sudré. Brasil de Fato, São Paulo-SP, 6 nov. 2019.
- Artigo: Visão geral do primeiro ano do Governo Jair Bolsonaro. Brasília-DF – Ano III – Olhar Político #0033, 2 jan. 2020.
- Artigo: Um balanço do Governo Bolsonaro, por João Pedro Stedile. Jornal GGN, São Paulo-SP, 2 jan.2020.

Como não é possível apontar todos os eventos que aconteceram por deliberação do presidente Bolsonaro, nos últimos catorze meses, mas o objetivo é apontar os caminhos de áreas sensíveis como o meio ambiente, que desde a década de 1970, ficou evidente que a humanidade precisava construir junta novas formas de desenvolvimento econômico aliadas à preservar o planeta. Caso contrário a vida seria inviabilizada em um horizonte próximo. O que evidencia a premência de uma construção e educação diária no sentido sustentabilidade com preservação do meio ambiente para todos, independente de local e condição econômica; não temos tempo para retrocessos.

Como merece referência a percepção da sociedade com a insegurança na tomada de decisões de nosso mandatário, o que traz imensos prejuízos de toda ordem, conforme alguns temas pontuados a seguir.

### 1) Desaprovação popular à gestão presidencial de Bolsonaro

Apesar do presidente Bolsonaro afirmar, durante a sessão solene de 300 dias de Governo, que é bem recebido em todas as regiões do Brasil, pesquisas evidenciam que a sua aceitação como dirigente máximo de 210 milhes de brasileiros, está em queda. Seu início de mandato tem o maior índice de reprovação desde o governo Sarney (1985-1990).

Pesquisa IBOPE encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada em 22/10/2019, mostra que a popularidade, a confiança dos brasileiros e a aprovação popular ao Governo de Jair Bolsonaro diminuíram. Indicando que 55% dos pesquisados não confiam no presidente. Todos os indicadores constantes das perguntas que foram apresentas às pessoas que fizeram parte da amostra, ficaram ligeiramente abaixo dos registrados na pesquisa anterior, realizada em junho/2019, quando já havia sido registrada queda ante a pesquisa feita em abril/2019, a primeira do IBOPE na atual gestão presidencial.

O levantamento mais recente mostra que a avaliação positiva (ótimo e bom) do governo era de 35% em abril, caiu para 32% em junho e em setembro estavam em 31%, a menor registrada. A indicação negativa (ruim e péssimo) subiu de 27% em abril, para 32% em junho e, em setembro, chegou a 34%.

### 2) Ameaças à democracia

Recentemente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), disse em entrevista à jornalista Leda Nagle, que o Governo considera utilizar um "novo AI-5", como resposta ao que chama de radicalização da esquerda. Publicado em 1968, o Ato Institucional 5 (AI-5) foi uma das 17 atuações de exceção aplicadas pela ditadura militar no Brasil. A norma resultou no fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas dos estados, permitiu a cassação de mais 170 mandatos legislativos, instituiu a censura prévia da imprensa, de produções artísticas e, deu ao presidente a



possibilidade de intervenção nos estados e municípios. Como, também, tornaram ilegais as reuniões políticas não autorizadas pela polícia e os toques de recolher tornaram-se frequentes.

As falas autoritárias, os ataques à imprensa foram constantes na era Bolsonaro. Levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) aponta que o presidente insultou jornalistas por meio de discursos, postagens em redes sociais e entrevistas, ao menos duas vezes por semana. Apedrejou os movimentos sindicais, populares, de ativistas e de políticos de esquerda, fazem parte da lista de ofendidos, gratuitamente, por Jair Bolsonaro e seus filhos.

Como faz normalmente, na saída do Palácio do Alvorada, no dia 4/3/2020, o presidente se reuniu com os apoiadores que o aguardavam e se esquivou de responder perguntas sobre o resultado do PIB brasileiro em 2019, que cresceu 1,1%, e registrou o menor crescimento dos últimos três anos. Momento em que o humorista Márvio Lúcio (conhecido como Carioca), fantasiado de presidente, sai do carro, depois do chefe da SECOM Fabio Wajngarten, e toca uma corneta. O sócio chama os apoiadores para tirar fotos, pega uma caixa com bananas e começa a oferecer aos jornalistas que, diariamente, cobrem a saída do mandatário da residência oficial. Carioca disse: “PIB? O que é PIB? Pergunta para eles (jornalistas) o que é PIB”.

No dia seguinte, o presidente ao deixar sua residência vinculada ao mandato, queixou-se de jornalistas terem dito que ele fez piada com os resultados do PIB: “Quando vocês aprenderem a fazer jornalismo, eu converso com vocês. Se vocês sofrem ataque todo dia, o que vocês estão fazendo aqui [na entrada do Alvorada]? O espaço é público, mas o que vocês estão fazendo aqui? O dia que vocês se conscientizarem que vocês são importantes fazendo matérias verdadeiras, o Brasil muda”, como se não bastasse continuou “parabéns à imprensa. Fiz piada com o PIB, parabéns aí, valeu. Continuem agindo assim”.

No mesmo dia, em encontro com 34 empresários e executivos da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), o presidente Bolsonaro, na ocasião, acompanhado pelos ministros da Economia, da Secretaria do Governo, da Casa Civil, do Meio Ambiente, da Secretaria-Geral da Presidência, o Advogado-Geral da União, o Secretário-especial de Comunicação e o presidente da Embratur. O evento levou o nome de “Conselho Superior Diálogo pelo Brasil”, oportunidade em que o mandatário brasileiro “orientou empresários a anunciarem suas marcas em veículos de imprensa condizentes com o que eles acreditam, ou seja, que demonstrem otimismo com o país e sejam alinhados ao Governo federal”.

O encontro, realizado na sede da FIESP, foi fechado aos jornalistas. Segundo relatos de participantes, o presidente desaprovou a cobertura geral da imprensa, que considera “crítica demais”, e sugeriu que os empresários “não financiem veículos” que trabalham com o que ele chamou de “notícias fabricadas.”

### 3) Soberania em risco

A chegada de Paulo Guedes ao Governo radicalizou a orientação econômica privatista da equipe de Michel Temer (MDB): Eletrobras, Petrobras, sistema educacional, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, só para citar alguns patrimônios dos brasileiros que parece caminhar para a desnacionalização, privatização ou extinção. O presidente Bolsonaro consolidou o realinhamento do país com os interesses da política externa dos Estados Unidos. Logo nos primeiros meses de Governo dispensou, unilateralmente, o visto de entrada para cidadãos estadunidenses no Brasil.

A entrega da Base de Alcântara para os Estados Unidos é um dos maiores símbolos de submissão, conforme apontou especialistas. O chamado Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado em 11/4/2019, estabelece regras que protegem a tecnologia estadunidense para lançamentos.

O texto define normas para técnicos brasileiros em relação ao uso da base, restringindo a circulação nela.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) fica em uma região habitada por comunidades tradicionais, especialmente quilombolas. Já na década de 1980, quando era construída, parte dos moradores foi realocada para outros lugares. Com o domínio estadunidense e a possibilidade de ampliação da área, as comunidades tradicionais remanescentes temem perder seu território.

O mandatário brasileiro tinha expectativa que o presidente estadunidense endossasse o interesse do Brasil em se tornar membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). Donald Trump preferiu a Argentina e excluiu a possibilidade do Brasil. Como, desastrosamente, afiança política externa dos EUA voltada para a América Latina, que patrocina iniciativas da direita em países da América Latina. Como o Palácio do Planalto reconhece como estadista venezuelano o autoproclamou Juan Guaidó.

Em, 5/3/2020, é publicada no Diário Oficial da União, portaria do ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, que determinou a remoção de quatro diplomatas e 11 oficiais de chancelaria brasileiros na Venezuela, na diplomacia, o gesto marca mais uma etapa do distanciamento do Governo brasileiro com a gestão de Nicolás Maduro.

Vale lembrar que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela convidou mais de 200 observadores internacionais para acompanhar as eleições, que ocorreram em 20/5/2018. Em 11/12/2018, os espreitadores sublinharam a “tranquilidade e normalidade do clima social e político, numa eleições marcadas pela transparência e pelo elevado nível de organização.” Numa conferência de imprensa, em 16/11/2019, em Caracas, representantes do Conselho de Especialistas Eleitorais Latino-Americanos (CEELA) destacaram a “transparência” e a “excelente organização” das eleições celebradas na Venezuela.

#### 4) Acusações de corrupção

O nome de Jair Bolsonaro está registrado na chamada Lista de Furnas, um suposto esquema de corrupção que usou dinheiro de caixa dois para abastecer 156 campanhas políticas no ano 2000. Mesmo o atual Presidente da República alegar que a lista é falsa, sua autenticidade foi comprovada por um laudo da Polícia Federal. O processo segue em segredo de Justiça.

Em consulta aos doadores e fornecedores de campanhas de candidatos, no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o nome de Jair Bolsonaro apareceu como recebedor de R\$ 200.000,00 da empresa JBS durante sua campanha em 2014. Naquele ano, Bolsonaro foi reeleito deputado federal com o maior número de votos no estado do Rio de Janeiro, recebendo mais de 460.000 votos.

Uma reportagem trouxe a questão à tona em março de 2017, dada a repercussão da Operação Carne Fraca. O político postou um vídeo em seu canal do YouTube, onde explicou que os 200 mil reais, metade do valor gasto em sua campanha, foram devolvidos como "doação ao partido". No entanto, na planilha do TSE, o mesmo valor voltou à conta de Bolsonaro, mas desta vez em uma doação feita pelo fundo partidário.

Entre 2010 e 2014, o patrimônio do então deputado federal Jair Bolsonaro cresceu mais de 150%, conforme declaração registrada no TSE. Neste período, adquiriu cinco imóveis que valem oito milhões de reais; entre eles duas casas no bairro da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro-RJ, (compradas por 500 mil e 400 mil reais), valores muito abaixo do avaliado pela prefeitura carioca na época. O Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI) afirma ter "sérios indícios de que a operação de compra tenha envolvido lavagem de dinheiro."

Em sua defesa, Jair Bolsonaro alegou que “Rodrigo Janot, ex-procurador Geral da República, arquivou uma denúncia anônima sobre sua declaração de bens em 2014.” Afirmando que as acusações são “calúnias e parte de uma campanha para assassinar sua reputação”. Em 28/9/2018, uma reportagem publicada pelo jornal O Globo informou que o candidato a presidente Bolsonaro deixou de declarar 2,6 milhões de reais à Justiça Eleitoral, valor referente às duas casas localizadas no Rio de Janeiro-RJ.

Em abril/2017, o então deputado federal Jair Bolsonaro foi denunciado por usar a cota parlamentar para pagar viagens pelo país, em que se apresenta como pré-candidato à Presidência em 2018. O objetivo da cota é reembolsar viagens e outras despesas do mandato de parlamentar pelo estado do Rio de Janeiro. Em cinco meses (entre 2016 e 2017), ao menos seis viagens foram custeadas pela Câmara, somando R\$ 22.000,00. A assessoria de imprensa do deputado alegou que o uso da cota estava relacionado à participação na Comissão de Segurança Pública da Câmara, da qual o congressista era suplente.

O deputado federal Jair Bolsonaro recebeu da Câmara cerca de R\$ 3.000,00 mensais de auxílio-moradia desde 1995, apesar de ter um apartamento próprio, em Brasília, desde 1998. Ao ser questionado pelo jornal Folha de São Paulo sobre o uso do dinheiro correspondente ao benefício respondeu: “como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro do auxílio-moradia eu usava para comer gente.”

Uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, realizada em janeiro/2018, denunciou que o então deputado federal contratava uma servidora “fantasma” em Brasília. Segundo a matéria, entre janeiro e junho, Walderice Santos da Conceição (a Walda) recebeu mais de R\$ 17.000,00, como funcionária do gabinete do parlamentar na Câmara dos Deputados, embora trabalhasse como vendedora de açaí no município de Angra dos Reis-RJ, desde 2003. A secretária parlamentar figurava como um dos 14 funcionários do congressista na capital federal, com um salário bruto de R\$ 1.416,33 mensais e reflexos. Em agosto/2018, Walda pediu demissão do emprego de assessora e afirmou que o “crime dela foi dar água para os cachorros”.

O atual chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), Fábio Wajngarten, nomeado em abril de 2019. O secretário permanece como principal sócio da FW Comunicação e Marketing, com 95% das cotas da empresa e sua mãe, Clara Wajngarten, detém os outros 5%; os dados são da Receita e da Junta Comercial de São Paulo. A legislação brasileira proíbe que membros do governo mantenham negócios com pessoas físicas ou jurídicas, que possam ser afetadas por suas decisões. A prática resulta em conflito de interesse e pode se desdobrar em ato de improbidade administrativa, já que indicaria benefício indevido.

A principal atribuição da SECOM é distribuir verbas de propaganda do Governo Federal, além de determinar as regras para as contas dos outros órgãos federais. Conforme reportagem de 15/1/2020, do jornal Folha de São Paulo, embasada no relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que contempla a análise do início de 2019 até o dia 31 de outubro, a pasta gastou R\$ 197 milhões em campanhas publicitárias. A FW tem contratos com ao menos cinco empresas, incluindo as emissoras nacionais Band e Record, que têm recebido, cada vez mais, verbas publicitárias do Governo.

Desde que o atual secretário assumiu a pasta, passou a destinar para Band, Record e SBT, as maiores parcelas dos gastos publicitários do governo federal, em detrimento da Rede Globo, líder de audiência no país. Ao consultarem o sócio da FW, Fábio Wajngarten, sobre sua empresa receber dinheiro de emissoras televisivas e agências de publicidade, respondeu que “os valores e as características contratuais têm cláusula de confidencialidade”. O TCU investiga possível distribuição

das verbas oficiais por critérios políticos, de forma a favorecer TVs alinhadas com o Governo. Caso sejam transformados indícios em fatos, o secretário pode ser demitido do cargo público.

O gasto em mídia no âmbito do governo federal, é regido por instrução normativa, que prevê os critérios para a definição de quais veículos televisivos receberão suas verbas de publicidade. A audiência é um deles, mas também são considerados o perfil do público, segmentos da população atingidos e alcance daquela emissora no País.

TVs Abertas	Share de Audiência Televisiva 2019	2017	2019
Rede Globo	33,1	48,5	16,3
SBT	14,5	24,8	41,0
Record	13,1	26,6	42,6

Fonte: Relatório TCU (jan.-out. 2019)

Os técnicos do TCU encaminharam requerimento à SECOM para detalhamento dos valores gastos com publicidade, especialmente, nas três maiores emissoras de TVs abertas do país. As análises, preliminares, apontam mudança de comportamento do Governo no que diz respeito à distribuição de verbas do orçamento da União, empresas pública e de economia mista, que estão sujeitas à fiscalização orçamentária e financeira, com controle externo do Congresso Nacional, auxiliado pelo TCU.

Internamente, a execução do orçamento ocorre por meio dos órgãos da administração federal deve ser acompanhada: previamente, concomitantemente e posteriormente, com a finalidade de observar os prescritos do ordenamento jurídico administrativo, pelas Secretarias de Controle Interno e a Controladoria Geral da União (CGU), conforme art. 70 e 71 da CF/1988.

## 5) Relativizar a soberania brasileira

Durante a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro disse que faria mudanças consideráveis nas relações internacionais do Brasil, dizendo que "o Itamaraty precisa estar a serviço dos valores que sempre estiveram associados ao povo brasileiro". Também afirmou que o país deveria parar de "louvar ditadores" e "atacar democracias", como Estados Unidos, Israel e Itália. No início de 2018, realizou "viagens aos cinco países democráticos dos Estados Unidos, Israel, Japão, Coreia do Sul e Taiwan mostrou o que seremos e que gostaríamos de nos unir a pessoas boas".

Ao mesmo tempo, mostrou desconfiança em relação à China durante toda a campanha presidencial, alegando que o país asiático "[quer] comprar o Brasil". Apesar disto, fez gestões para negociar com os chineses, disse também que o Brasil deveria "fazer melhores acordos [econômicos]" com outros países, sem nenhuma "agenda ideológica por trás disto". Declarou que sua primeira viagem internacional, como presidente, seria para Israel. Ele salientou que o Estado da Palestina "não é um país, então não deveria haver embaixada [brasileira]" e acrescentou que "não negocia com terroristas".

O presidente Bolsonaro é considerado o mandatário brasileiro mais pró-estadunidense desde o regime militar (1964-1985). Desde a época de candidato elogiava o autocrático Donald Trump e a condução da política externa implementada em seu país. O filho Eduardo Bolsonaro indicou que o Brasil deveria se distanciar do Irã, romper relações com a Venezuela, e realocar a embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Bolsonaro pai, durante uma manifestação de campanha, em outubro/2017, em Miami-Flórida, saudou a bandeira estadunidense, enquanto gritava "USA! USA!" para uma grande multidão. O assessor de segurança nacional dos Estados Unidos, John Bolton,

elogiou Bolsonaro como um parceiro de "mentalidade semelhante" e disse que sua vitória era um "sinal positivo" para a América Latina.

No âmbito regional, elogiou a atuação do presidente argentino, Mauricio Macri, por encerrar o regime de 12 anos de Néstor e Cristina Fernández de Kirchner, que ele considerava semelhante a Lula e Dilma Rousseff. Como condenou o bloco por indicar que ele priorizava questões ideológicas de extrema-direita em vez de questões econômicas. Considerado de mentalidade estacionada no auge da guerra fria, que o mundo deveria perseguir e eliminar os comunistas, que na prática, nunca existiram; mas procurava um inimigo imaginário. Mesmo sem conhecer, condena o ex-líder cubano Fidel Castro e o atual dirigente daquela Ilha caribenha.

Em campanha eleitoral para o cargo de presidente da república, Jair Bolsonaro elogiou o primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1874-1965), foi um político conservador, desempenhou um papel fundamental no combate ao fascismo europeu. Porém, foi fortemente criticado por seus comentários imperialistas sobre a raça, por sua aprovação de violações de direitos humanos, na supressão de movimentos que procuravam a independência da Índia. Jair disse ter aprendido com Churchill o "patriotismo, amor pela pátria, respeito à sua bandeira - algo que se perdeu nos últimos anos aqui no Brasil ... e governando pelo exemplo, especialmente naquele momento difícil da Segunda Guerra Mundial."

No mesmo período de campanha eleitoral em 2018, questionado sobre os direitos humanos, declarou que acabaria com o que chamou de "coitadismo" no Brasil. "Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino. Coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso", afirmou.

De acordo com publicação do jornal The Washington Post,

Bolsonaro é um poderoso defensor do agronegócio ... e é provável que favoreça os lucros em detrimento da preservação ... Bolsonaro se irritou com a pressão estrangeira para proteger [a floresta amazônica] e disse às organizações internacionais sem fins lucrativos, como o *World Wildlife Fund*, que ele não tolerará suas agendas no Brasil. Ele também se posicionou vigorosamente contra a demarcação de reservas indígenas para povos nativos. Além disso, assessores de Bolsonaro diz que planeja expandir a geração de energia nuclear e hidroelétrica na Amazônia.

## 6) Possível esquema de mensagens em massa pelo WattsApp

Em 19/10/2018, foi protocolizada ação judicial movida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e aceita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo como relator o ministro Jorge Mussi, corregedor-geral eleitoral. O processo teve como fundamento uma denúncia publicada no jornal Folha de São Paulo, segundo a qual certas empresas pagaram, em contratos que chegariam a 12 milhões de reais, pelo envio em massa de conteúdos contra o candidato petista no aplicativo WhatsApp, o que poderia ser classificado como caixa dois. O PT, com o argumento de que houve práticas vedadas pela lei eleitoral, como doação de pessoa jurídica e compra de cadastros de usuários. Fez o pedido aos julgadores para que Bolsonaro fosse declarado inelegível, por abuso de poder econômico e uso indevido de meios de comunicação.

Segundo o PT, a campanha de Bolsonaro teria sido beneficiada pela proliferação de *fake news* (notícias falsas) nas redes sociais. O candidato usou sua página na rede social Facebook para negar envolvimento com esquemas maliciosos e acusou o jornal Folha de São Paulo de "trabalhar para o seu rival no segundo turno, Fernando Haddad." Porém o *modus operandi* tem o DNA de Steve Bannon.

O filho Eduardo Bolsonaro, postou em sua conta no Twitter uma foto sua com o senhor Bannon, revelando que este seria "um grande entusiasta da campanha de seu pai" e que "uniriam forças contra o marxismo cultural". Eduardo declarou que a ajuda de Bannon não envolveria trocas financeiras.

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, solicitou a WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram e Google que respondessem sobre possíveis contratos de impulsionamento pela campanha de Jair Bolsonaro, no prazo de três dias. As redes sociais: WhatsApp, Twitter, Facebook e Instagram negaram o propulsionamento. A Google relatou que a campanha pagou R\$ 1.000,00 em publicações de propaganda.

### **7) Empresa fantasma**

A produtora de vídeo Mosqueteiros Filmes Ltda, que existe apenas no papel, no centro de Petrolina-PE, o endereço indicado era uma casa vazia com anúncio de venda e os donos do imóvel disseram que a empresa alugou um escritório lá, há muito tempo, mas que saíram havia anos. A referida produtora recebeu R\$ 240 mil para criar vídeos televisivos e de redes sociais para a campanha à Presidência da República do candidato Bolsonaro, segundo uma reportagem da revista Época. O valor corresponde a cerca de 20% do total declarado como gastos na campanha do presidencial.

Outra agência, a 9ideia, com sede em João Pessoa-PB, e é uma empresa publicitária, não criadora de filmes. Portanto, não poderia atuar na campanha com os vídeos. Segundo os responsáveis pela 9ideia, eles não tiveram envolvimento com a campanha de Jair Bolsonaro, mas funcionários da agência estariam trabalhando na elaboração das peças do candidato do PSL.

### **8) Abuso de poder do empresário Luciano Hang**

O dono da empresa Havan, Luciano Hang, eleitor de Bolsonaro, foi acusado de usar sua influência para tentar controlar a votação de seus funcionários. O TSE ordenou que ele parasse com essa política, obrigando a organização a exibir em redes sociais e nas próprias lojas, um vídeo declarando que seus funcionários teriam liberdade de votar em quem quiser.

### **9) Ataques de militantes pró-Bolsonaro contra opositores**

Foram registrados casos fatais de intolerância politicamente motivados por parte de apoiadores de Jair Bolsonaro ao longo da campanha. Um levantamento realizado pela Agência Pública em parceria com a Open Knowledge Brasil, divulgado em 10/10/2018, revelou que houve pelo menos 70 ataques nos 10 dias anteriores ao pleito em primeiro turno, em âmbito nacional. Os atentados violentos registrados em meio a impetuosidade eleitoral; vários deles incluía agressões contra mulheres, LGBTs, negros, índios e potenciais eleitores opositores ao candidato do PSL. Como também, a truculência policial ecoou país afora e se transformaram em agressões físicas e verbais naquelas eleições.

Para exemplificar como o candidato Bolsonaro conseguiu transmitir a seus simpatizantes que a violência física e verbal estava liberada. Um desses atentados acometeu um motociclista que teria sido fechado por um carro de forma proposital e, logo após ter caído, os suspeitos que estavam no veículo teriam gritado "mito, mito, mito!", segundo o motociclista, foi derrubado, porque no seu capacete tinha adesivo escrito #elenão. 

Em 30/9/2018, um cachorro foi morto a tiros por integrante do cortejo em verde e amarelo em uma carreta pró-Bolsonaro, na cidade de Muniz Ferreira-BA. Ao fazerem o retorno na pequena rua onde mora a senhora Adelina Barreto Maltês da Silva, tutora do *pet*, segundo seu relato: "um carro enguiçou e precisou ser empurrado; o cão de aproximadamente um ano e meio, *pitbull* misturado

(vira-lata), de nome Marley, latiu para os homens que empurravam o carro; um dos homens sacou uma pistola e atirou numa pata dianteira do animal; gritei para que ele parasse; o homem deu mais dois tiros no cão, que se arrastou, sangrando, até morrer nos fundos da casa; o cortejo foi embora.”

Conforme relatos dos moradores, o autor desceu de um veículo na passeata e disparou três vezes contra o Marley que morreu na hora, disseram que o mesmo era dócil e não avançou contra ninguém. O atirador se apresentou como policial na delegacia da cidade vizinha, Nazaré das Farinhas; a Polícia Civil do Estado da Bahia identificou e ouviu o autor dos disparos, porém foi solto por alegar legítima defesa. A senhora Adelina com tristeza declarou: “Se ele não pagar pelo que fez, precisamos que ele saiba que muita gente sofreu”.

O jornalista Roberto Kaz, fez a reportagem Marley e nós: direitos caninos para caninos direitos, para a revista Piauí, publicada na edição n. 146, nov. 2018. Sobre o assassinato do cão na pequena cidade baiana, descreveu: que em meados de outubro, foi ao complexo policial de Muniz Ferreira para ver o boletim de ocorrência. A visita havia sido marcada dois dias antes, por telefone, com a delegada Zelma Almeida Lima.

Ao se apresentar à autoridade policial é imediatamente questionado aos berros: “Cadê seu crachá? Você é filiado a algum partido? Tá aqui por quê?” Ela não o deixou fotografar o Boletim de Ocorrência (BO), nem anotar nenhuma palavra dele. Além de dizer: “Não informaremos o nome do autor dos disparos, mas podemos dizer que é policial militar. O PM prestou depoimento e não quis dar entrevista”. Sabido por todos que documentos públicos podem ser vistos e reproduzidos por qualquer cidadão brasileiro. A arbitrariedade da delegada Zelma Lima foi denunciada à Corregedoria da Polícia Civil da Bahia.

Na madrugada de 8/10/2018, em período de campanha para o segundo turno, o mestre de capoeira e cantor Moa do Katendê, de 63 anos, foi assassinado com o uso de uma faca do tipo peixeira, perfurado por 12 vezes, após ter feito críticas ao candidato à presidência Jair Bolsonaro, no bairro Engenho Velho de Brotas, em Salvador-BA. O autor confesso, o barbeiro Paulo Sérgio Ferreira de Santana, de 36 anos, foi detido pela polícia e permanece preso em Salvador; em 21/11/2019, foi condenado em júri popular, a 22 anos de prisão, em regime fechado.

O irmão de mestre Moa e seu primo Germínio do Amor Divino Pereira estavam no local, inclusive este tentou segurar o matador e acabou sendo atingido no braço e levado para o Hospital Geral do Estado. Ao ser questionado sobre o ocorrido, Jair Bolsonaro disse para seus eleitores não cometerem tais atos e, em seguida, salientou que “não tem nada a ver com o caso, pois não tem controle sobre seus apoiadores” e, ainda alegou que “a violência veio do outro lado”.

Uma estudante transexual, de 22 anos, da Universidade Federal do Paraná foi estuprada. Segundo a vítima, o crime foi cometido por estar portando um adesivo do Movimento EleNão, o crime teria sido uma forma de punição por opor-se ao candidato Jair Bolsonaro. Na madrugada de 16/10/2018, uma travesti foi assassinada no Largo do Arouche, na região central de São Paulo-SP. De acordo com uma testemunha, quatro homens teriam gritado o nome do candidato Jair Bolsonaro, durante o crime. Uma vizinha falou “botei a cara na janela e vi a briga logo à frente. Foi uma gritaria, com muitos xingamentos, e os agressores, não sei se um ou mais, gritava algo sobre o fato de a pessoa ser travesti e sobre 'Bolsonaro'”. O candidato lamentou os atos de violência e, reafirmou que “não tem controle sobre os atos de simpatizantes,” e que “dispensa voto de quem comete violência.”

## 10) Vídeos e vandalismos de urnas

Durante as votações do dia 7/10/2018, o TSE apurou imagens e vídeos de eleitores com armas de fogo nas urnas e outros atos de vandalismo. Horas após o encerramento do pleito, o material surgiu

nas redes sociais mostrando pessoas levando armas para votar, inclusive, um eleitor usa uma pistola para pressionar as teclas das urnas e votar no candidato Bolsonaro.

O vice-procurador eleitoral do TSE, Humberto Jacques de Medeiros, ao ser questionado sobre os vídeos divulgados em redes sociais, foi protocolar: “o Tribunal estava avaliando as imagens.” Fez um balanço de que 32 pessoas foram detidas, a maioria por usar celulares para filmar e fotografar as urnas, ato considerado crime previsto no art. 91 da Lei 9.504/1997, que proíbe “portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas e filmadoras dentro da cabina de votação”.

### 11) As práticas do vice-presidente general Hamilton Mourão

Durante a recuperação de Bolsonaro após o atentado, seu vice-presidente de chapa general Hamilton Mourão (PRTB), deu declarações consideradas controversas e revelou ter desejo de ir aos debates com titular em exercício. No período de campanha eleitoral disse ter intenção de convocar uma nova constituinte, composta apenas por “notáveis e não por pessoas eleitas democraticamente”. Também, criticou o décimo terceiro salário, chamando-o de “jabuticaba”, depois da repercussão, pronunciou que sua fala não significa pôr fim a ele; ponto. Bolsonaro manifestou em entrevista ao telejornal Jornal Nacional, que “as afirmações de Mourão foram infelizes”.

Em 6/10/2018, o general assegurou que “seu neto é um cara bonito por conta do branqueamento da raça” durante uma entrevista concedida no Aeroporto de Brasília. Esta não foi a primeira vez que demonstrou racismo publicamente, quando assumiu o posto de vice da chapa de Bolsonaro, em 6/8/2018, em palestra realizada em Caxias do Sul-RS sustentou que “o Brasil herdou a indolência dos indígenas e a malandragem dos negros. Então, esse é o nosso caldinho cultural.”

O filho do vice-presidente da República ganhou um “presente” do pai; logo no começo de sua gestão, em 7/1/2019, Antônio Hamilton Rossel Mourão, funcionário de carreira do Banco do Brasil (BB), foi promovido de assessor empresarial da Diretoria de Agronegócio para Assessor Especial do presidente, Rubem Novaes, saltando assim três níveis hierárquicos de uma só vez. Com a ascensão, “o garoto” passará de um salário que gira entre R\$ 12 e 14 mil (dependendo da carga horária de 6 ou 8 horas) para R\$ 37,5 mil reais, além de passar a integrar o Programa de Alternativas para Executivos em Transição (PAET), que garante bônus na saída do cargo para quem ocupou função no banco por dois anos, um valor que pode chegar a R\$ 2 milhões.

A indicação contraria a política de promoções de funcionários do quadro da instituição, que possui métodos para promoção que vinha implantando há alguns anos, um processo que previa uma bolsa-executivo, além de critérios para promoção. “Mesmo em cargos de indicação política, como é o caso do filho do vice-presidente, cabe ainda um critério objetivo e claro do que simplesmente ser filho”, como contraria o discurso do presidente Bolsonaro, de que “combateria o aparelhamento de estatais e de empresas públicas,” ponderou o dirigente executivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo e funcionário do BB, João Fukunaga.

No fim de janeiro/2019, a Comissão de Ética Pública da Presidência rejeitou a abertura de um procedimento para analisar a nomeação do filho do vice-presidente. Em 1º/7/2019, Antônio Mourão mudou de cargo, pela segunda vez em 6 meses na instituição, foi indicado gerente executivo de *Marketing* e Comunicação do BB, mas vai manter o salário de R\$ 36.300,00.

### 12) O Slogan da campanha presidencial

O bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que marcou a campanha presidencial de Jair Bolsonaro é inspirado no brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército. O presidente e o seu vice foram paraquedistas em suas trajetórias militares. O coronel Cláudio Tavares Casali

explica que o grito difundido pelos quartéis, surgiu no final da década de 1960, durante o regime militar.

Porém, o que mais marcou a campanha eleitoral do candidato Bolsonaro e, que continua usando no Instagram oficial do Governo Federal, em divulgações oficiais, eventos internacionais e religiosos. Utiliza o gesto de imitar uma arma de fogo (revólver ou pistola) formada com os dedos das mãos, levantando o polegar, acima de seu punho, para que o primeiro aja como um percussor e estendendo um ou dois dedos perpendicularmente para que ajam como o cano. O dedo médio também pode atuar como o dedo do gatilho. Considerado desrespeitoso e inadequado, principalmente por incentivar crianças e adolescentes a repetirem o trejeito.

É também utilizado às vezes, ao colocar a arma para o lado da própria cabeça ou sob o queixo, como se estivesse cometendo suicídio. O que levou a ser registrado alguns casos, em que o gesto foi utilizado entre crianças e adolescentes no ambiente escolar, a forma de punição foi à altura, retirados da escola. Quando os casos concretos aconteceram, os educadores e autoridades escolares interpretam como sinal de ameaça à violência real. Enquanto outros, argumentam uma inaceitável apologia ao armamento da sociedade em geral. O comportamento dos educandos têm sido, frequentemente, identificado como "ridículo" por alguns pais e pedagogos.

Um episódio protagonizado por Jair Bolsonaro, em Goiânia-GO, no dia 19/7/2018, provocou revolta nas redes sociais, as imagens foram registradas pelo Portal Mais Goiás. O presidente em cima de um carro de som onde discursaria para simpatizantes, pega uma menina, de quatro anos, no colo durante evento político e a auxilia a usar os dedos polegar e indicador para simular que segurava uma arma em suas mãos.

Em 14/12/2019, pessoas presentes em um bar na cidade de Unaí-MG, incomodados com apologia ao nazismo, advertiram o fazendeiro José Eugênio Adjuto, de 57 anos, por duas vezes, porém o indivíduo se recusou a retirar a braçadeira com a suástica nazista que foi fabricada, artesanalmente, por ele contendo o símbolo em seu braço esquerdo, acima do cotovelo, como tradicionalmente utilizavam os nazistas.

Algumas pessoas presentes tiraram fotos e filmaram o criminoso e, acionaram a polícia, que a princípio se negou a ir fazer a ocorrência. Após a pressão de mais pessoas, aparecem dois militares que tinham dúvidas se era um comportamento criminoso. No entanto a Lei 7.716/1989 – que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, prevê prisão de dois a cinco anos em regime fechado e multa para quem “fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo”.

A Justiça de Minas Gerais aceitou a denúncia do Ministério Público do mesmo estado e, marcou a primeira audiência para 13/5/2020. O fazendeiro é réu e vai responder por apologia ao nazismo. Foi apontado na peça de acusação como “conhecedor profundo da história da Segunda Guerra Mundial e por possuir posições extremistas.”

### 13) Supressão do Estado Democrático de Direito

Durante sua longa carreira política, Jair Bolsonaro expressou visões de extrema-direita. Suas declarações já foram classificadas como discurso de ódio, homofóbicas, misóginas, sexistas, racistas e anti-refugiados. Em agosto/2018, a revista britânica The Economist definiu o deputado federal como radical, religioso nacionalista, demagogo de direita, apologista de ditadores" e como uma ameaça à democracia.

O descrito até aqui são exemplos de infindáveis fatos que demonstram que o Estado Democrático de Direito está sendo atacado diariamente, porém nada é mais grave que o ocorrido em 24/2/2020, o presidente Jair Bolsonaro disparou do próprio celular, pelo WhatsApp, um vídeo com uma convocação para as manifestações de 15/3/2020, organizadas por movimentos de simpatizantes da atual equipe mandatária, foi narrado pelo Coordenar-geral de Publicidade e Propaganda da Embratur, uma autarquia federal, Silvio Santos Nascimento, nomeado para o cargo na gestão Bolsonaro. O objetivo é defender o Governo e protestar contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A gravação, em tom dramático, mostra a fachada que Bolsonaro recebeu em Juiz de Fora-MG, para dizer que ele "quase morreu" para defender país e, agora, precisa que as pessoas vão às ruas para defendê-lo:

No texto que envia juntamente com o vídeo, o presidente escreveu:

- 15 de março.
- Gen Heleno / Cap Bolsonaro
- O Brasil é nosso,
- Não dos políticos de sempre.

O vídeo, revelado com exclusividade pela jornalista Vera Magalhães, do jornal O Estado de São Paulo, tem 1 minuto e 40 segundos e usa o Hino Nacional brasileiro, tocado no saxofone, como trilha sonora:

Ele foi chamado a lutar por nós. Ele comprou a briga por nós. Ele desafiou os poderosos por nós. Ele quase morreu por nós. Ele está enfrentando a esquerda corrupta e sanguinária por nós. Ele é a nossa única esperança de dias cada vez melhores. Ele precisa de nosso apoio nas ruas. Dia 15/03 vamos mostrar a força da família brasileira, diz um trecho da legenda do vídeo.

Vamos mostrar que apoiamos Bolsonaro e rejeitamos os inimigos do Brasil. Somos sim capazes, e temos um presidente trabalhador, incansável, cristão, patriota, capaz, justo, incorruptível. Dia 15/03, todos nas ruas apoiando Bolsonaro, acrescenta a legenda, entremeado por imagens de Bolsonaro sendo esfaqueado, no hospital e depois em aparições públicas.

As manifestações de protesto de 15/3/2020, no Brasil, a favor do presidente Jair Bolsonaro e contra o Congresso e o STF é alarmante e já são muitas pessoas preocupadas com a simples convocação. A ideia do protesto partiu do General Augusto Heleno, o influente ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Foi este quem pediu ao presidente para convocar os brasileiros a sair às ruas contra o Congresso usando inclusive o palavrão de mau gosto "fodam-se".

O presidente, em vez de, refrear a ideia insensata do general, compartilhou com seus amigos a ideia da convocação em sua defesa e contra as instituições do Estado. Vários políticos, um ministro do Supremo, grande parte da sociedade civil organizada, partidos políticos e povo em geral estão convencidos que Jair Bolsonaro cometeu crime de responsabilidade combinado com o de improbidade administrativa.

Em escala em Boa Vista-RR durante a viagem para os Estados Unidos, em 7/3/2020, o presidente Bolsonaro discursou para apoiadores e convocou os brasileiros a participar das manifestações marcadas para 15 de março de 2020. Segundo o mandatário "Não somos nós políticos que dizemos para onde o Brasil deve ir. Nós apenas conduzimos. E o povo que diz para onde o Brasil deve ir. O movimento de rua é muito bem-vindo porque, dessa forma, estamos submissos a lei como diz o artigo 5º da Constituição. Participem e cobrem de todos nós o melhor para o Brasil. Nós temos obrigação de atendê-los", disse.

Sobre o entendimento de que as manifestações seriam antidemocráticas, o presidente afirmou que isso é mentira e é usado como desculpa por "quem tem medo de encarar o povo brasileiro". Afirmou que "levou uma 'facada no pescoço', em seu gabinete, por pessoas que não pensam no Brasil, somente neles". Em linguagem figurada, o presidente da República quis dar a entender que "tentaram chantageá-lo em seu gabinete." Entretanto, ele não detalhou quem seriam os autores das pressões contra o país.

Questionável essa visita sem agenda robusta do presidente brasileiro aos Estados Unidos, em uma semana que a chancelaria brasileira comunicou o Governo venezuelano que os diplomatas deles serão expulsos do Brasil caso não saiam dentro de um prazo estipulado. Como fez uma escala Técnica em Roraima, estado fronteiro com a Venezuela.

O mandatário brasileiro, durante quatro dias no estado da Flórida, completa a sua quarta viagem aos EUA em menos de 15 meses de mandato. Ele é o chefe de Estado brasileiro que mais visitou o país, proporcionalmente, nos últimos 35 anos. A comitiva é composta de parte de sua equipe ministerial, com a seguinte agenda:

- a) encontros com políticos e empresários norte-americanos;
- b) No sábado à noite, o presidente estadunidense, Donald Trump, recebe seu colega Jair Bolsonaro em sua residência e clube de golfe Mar-a-Lago, em Palm Beach, perto de Miami. Os dois mandatários vão discutir sobre a crise venezuelana e reiterarem apoio a Juan Guaidó, considerado por eles como presidente interino da Venezuela.
- c) no domingo, visita às instalações militares do Comando Sul, que é a unidade das Forças Armadas do país responsável pela cooperação de segurança e operações militares nos países da América Central e do Sul. O presidente e ministros serão recebidos pelo almirante Craig Faller, quem administra a unidade militar e, além de conhecer as instalações, devem assistir a uma apresentação e, participarão de uma mesa-redonda entre autoridades militares dos dois países;
- d) deve ser assinado um acordo bilateral de defesa, que busca "melhorar ou fornecer novas capacidades militares", pelo presidente Bolsonaro e o Alm. Faller. Bem como, celebram pacto com o propósito de "desenvolver futuros projetos conjuntos abrangendo a possibilidade de aperfeiçoar ou prover novas capacidades militares e, reduzir processos burocráticos no comércio de produtos militares em os dois países", segundo nota do porta-voz da Defesa brasileiro.
- e) na segunda-feira, o presidente se encontra com os senadores Marco Rubio e Rick Scott, ambos integrantes do Partido Republicano, e com o prefeito de Miami, Francis Suarez.
- f) na sequência, a comitiva brasileira participará da sessão de abertura de seminário empresarial Brasil-EUA. O secretário especial da Pesca e o presidente da Embratur, devem fazer apresentação sobre oportunidades de investimento em aquicultura e turismo no Brasil.
- g) na terça-feira, Bolsonaro se encontra com representantes da comunidade brasileira na Flórida e com pastores locais;
- h) Como irá a Jacksonville para visitar as instalações de uma fábrica da Embraer.

Ao retornar ao Brasil, fará outra parada no estado de Roraima. Pelo indicado na agenda internacional do presidente, não tem nenhuma justificativa evidente para essa viagem; a menos que seja, exclusivamente, para tratar de assuntos de defesa e armamento.

### III – OS FUNDAMENTOS PARA O PEDIDO DE IMPEDIMENTO DO PRESIDENTE BOLSONARO

Com fundamento no arts. 9º incs. 3, 5 e 7; 14, da Lei 1.079/1950, no art. 85 incs. II, III e V, da CF/1988 e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, qualquer cidadão pode pedir a instauração de processo de *impeachment* em desfavor do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Diante dos fatos apresentados, fica evidente a prática de infrações político-administrativas ensejadoras de crime de responsabilidade, que quase, infringe a totalidade da Constituição Federal, especialmente, os arts. 2º, 3º e 37 da Carta Magna.

Como dizia o político Ulysses Guimarães “missão não se pede. Aceita-se.” A responsabilização do Presidente da República por qualquer atentado à Constituição Federal deve referir-se a fatos que se evidenciaram durante o seu atual mandato, por cometer crimes de responsabilidade, por ação e, também, por omissão, que enseja o impedimento dentro da particular análise jurídico-política.

O *impeachment* é um processo político-jurídico de índole e previsão constitucional, podendo ser intentado por quem entenda presentes os requisitos constitucionais e legais para a instauração e abertura de processo em defesa de instituições caras para o Estado Democrático de Direito e a preservação dos Poderes da União (o Legislativo, o Executivo e o Judiciário) independentes e harmônicos entre si. Tendo como horizonte que: os homens são passageiros e as instituições precisam ser permanentes.

Por entender que só como a manutenção do Estado Democrático é possível a manifestação livre, ativa, independente e responsável do cidadão. Ao mesmo tempo, é um crime calar a voz do povo em defesa de causas que não poderiam ser aproveitadas pela sociedade, e sim, a um grupo de pessoas que desfruta das riquezas advindas da arrecadação de impostos, conforme a lei; mas para beneficiar interesses pessoais e de conglomerados financeiros com atuação transnacional.

O *impeachment* é um processo de natureza eminentemente política, dotado de procedimento jurídico-legal e não criminal. A sanção imposta pelo Senado Federal é somente uma medida disciplinar, pois, uma vez condenado, fica o Presidente da República submetido ao Poder Judiciário.

O propósito do presente pedido é provocar uma análise profunda acerca das razões para a procedência ou não do afastamento do Exmo. Sr. Presidente Bolsonaro, com a convicção de que ninguém está acima ou à margem da lei, posto que o ordenamento jurídico é dirigido a todos e deve ser cumprido pelos mesmos. Portanto, não se pode relativizar ou mitigar a aplicação da norma dado o seu destinatário, mesmo que seja ele o supremo mandatário da Nação.

Diante de explanado, com o mais profundo respeito às posições em contrário e na forma da fundamentação constitucional, que seja reconhecida a prática de infrações político-administrativas por parte da Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ensejadoras de crimes de responsabilidade descritos na Constituição Federal e na Lei 1.079/1950.



#### IV - DOS PEDIDOS

Em face ao exposto, requer:

- a) Que a presente Denúncia seja recebida e processada nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno dessa Casa, com a finalidade de reconhecer a prática, pelo Presidente da República, dos Crimes de Responsabilidade descritos nos arts. 9º incs. 3, 5 e 7; 14, da Lei 1.079/1950 e no art. 85 incs. II, III e V, da CF/1988.
- b) Após findada a competência da Câmara dos Deputados, que os autos sejam encaminhados ao Senado Federal, onde será julgado para impor ao Denunciado a pena de perda de mandato, bem como inabilitação para exercer cargo público, pelo prazo de oito anos, nos termos do art. 52, § único da CF/1988.
- c) Como é do conhecimento de todos, no século XXI estamos na era do conhecimento movido pela tecnologia da informação, mas mesmo assim, caso V. Exa. achar conveniente a produção de prova testemunhal. Os depoentes deverão ser intimados nos termos do art. 18 da Lei 1.079/1950, sem prejuízo de outras provas cuja necessidade e relevância surjam durante a instrução do feito.

Brasília-DF, 12 de março de 2020

*Maria Rodrigues de Sousa*  
**Maria Rodrigues de Sousa**

Título de Eleitor 62.207.820/97, Zona 009, Seção 0006